



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 29 - Nº 553 - DE 22 DE OUTUBRO A 5 DE NOVEMBRO DE 2017 - R\$ 4,00



**Reconstruir o Partido Mundial
da Revolução Socialista,
a IV Internacional!**



Combater nas ruas o governo apodrecido e dilacerado

Tudo indica que Temer passará pela segunda denúncia da Procuradoria-Geral da República. Era esperada a sua absolvição na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Pelo visto, tem garantido os votos na Câmara de Deputados.

É inacreditável que um governo completamente isolado da população, apodrecido e dilacerado sobreviva aos terremotos das delações premiadas. Mas há uma explicação. Sua segurança é dada pelo golpe de Estado, do qual participou e pelo qual assumiu a presidência da República. Isso não basta. A maior de todas as garantias tem sido a política econômica e as medidas que protegem o grande capital e esmaga os explorados.

A burguesia reconhece que dificilmente aprovaria uma reforma trabalhista tão completa nas condições de um governo e de um Congresso Nacional eleitos. O governo imposto e um o Congresso Nacional golpista não têm de responder às pressões eleitorais. Com a derrubada de Dilma Rousseff, se elevaram por cima da população. Do alto, traçaram um conjunto de reformas, medidas e ações que independem de qualquer tipo de julgamento da imensa maioria do país. Está aí também por que a sequência de crise política que atingiu Temer depende tão somente do parlamento e demais poderes do Estado que promoveram o golpe.

Os embates da oposição, liderados pelo PT, não vão além do jogo parlamentar. Os conflitos institucionais se resumem às investigações da Operação Lava Jato, às denúncias contra dezenas de parlamentares, à ministros e ao próprio presidente.

A população está à margem e nada influencia no curso da crise política. Isso por que o PT, a Frente Brasil Popular e as centrais sindicais canalizaram a revolta das massas contra o governo para se reconstituírem como oposição burguesa e se prepararem para as eleições de 2018.

Os atritos institucionais e interburgueses têm se dado no interior dos poderes e entre si. O exemplo mais recente está na votação no Supremo Tribunal Federal (STF) que refez a decisão da 1ª Turma de suspender o senador Aécio Neves e obrigá-lo a um recolhimento noturno, bem como sujeitar as medidas cautelares contra parlamentares ao Senado. No final das contas, os poderes e as forças partidárias da burguesia se ajustam. Deve prevalecer a harmonia em detrimento da autonomia.

O Ministério Público e a Polícia Federal têm em suas mãos o mapa da corrupção e das quadrilhas constituídas pelos principais partidos da ordem. Essa massa de informação conferiu-lhes poderes políticos inéditos. O STF, por sua vez, se vale das denúncias e dos processos contra a nata da oligarquia partidária para se apresentar diante do Congresso Nacional como um mediador. Aproveita dessa circunstância para se agigantar politicamente. Todos os poderes, sem exceção, são caixas de ressonância dos interesses das frações burguesas e das corpo-

rações oligárquicas. O fundamental é que em meio à tremenda crise estão alinhados em torno da política e do plano econômico montado por Henrique Meirelles. Nesse sentido, funcionam como caixa de ressonância das pressões do capital financeiro. É essa ressonância que faz com que evitem que a crise no seio do Estado transborde e inviabilize definitivamente a governabilidade de Temer.

É inevitável que tamanho apodrecimento provoque repúdio da maioria explorada. No entanto, a burguesia age de maneira que a rejeição tão somente resulte em passividade. O desencanto em si com os parlamentares e o governo não se converte em revolta, mas sem dúvida pode ser um combustível inflamável. Está aí a importância da política de colaboração de classes do PT e da burocracia sindical para evitar que as massas passem da indignação para a ação direta contra o governo.

A greve geral de 28 de abril foi a prova de que a classe operária está disposta a combater por seus interesses próprios. Não está disposta, porém, a servir de massa de manobra para o PT e as burocracias sindicais.

A campanha burguesa de que a economia está se reabilitando e os empregos voltando visa a manter o governo golpista e a dar novos passos em suas reformas antinacional e antipopular. A portaria que modifica os critérios de fiscalização e punição ao trabalho escravo corresponde às mudanças que a terceirização vem promovendo e as que estão para ocorrer assim que a reforma trabalhista entrar em vigor. Essa medida assustou até mesmo uma parcela dos partidários do governo. É o que ocorreu também no caso da privatização das reservas minerais (Renca). Temer tem sido obrigado a atender todo tipo de pressão dos capitalistas que apoiaram o golpe e que controlam as bancadas parlamentares.

A plenária de 29 de setembro promovida pelo Movimento Brasil Metalúrgico que reuniu as centrais sindicais aprovou 10 de novembro como dia nacional de manifestações e greves. O Congresso da CSP-Conlutas, recém realizado, se colocou pela organização do movimento. É preciso exigir dos sindicatos que convoquem as assembleias e constituam os comitês de base. A bandeira contra a implantação da reforma trabalhista e contra a aprovação da reforma da previdência devem guiar as mobilizações nesse dia. Há que se agregar a bandeira de luta contra as demissões, o desemprego e as privatizações. É importante também propagandear e agitar a bandeira de não pagamento da dívida pública. Que somente os capitalistas arquem com sua crise.

O dia 10 de novembro pode indicar a retomada da greve geral. Não basta um dia de protesto. A tarefa é de organizar um poderoso movimento nacional para pôr abaixo o governo golpista e toda sua política antioperária.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Aécio e Temer escapam de investigação por seus crimes

Numa mesma semana, o Senado revogou o afastamento e reclusão noturna de Aécio Neves pela 2ª turma do Supremo Tribunal Federal (STF), e a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (CCJ) aprovou o parecer do relator Bonifácio de Andrada (PSDB), que inocenta Temer e seus ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco da denúncia por organização criminosa e formação de quadrilha, feita pelo então procurador Geral da República, Rodrigo Janot.

Aécio Neves tem contra si uma série de denúncias, que vão desde crimes cometidos quando era governador de Minas Gerais até sua vida atual de senador. O escândalo mais notório foi o das conversas com Joesley Batista, que indicaram o recebimento de dinheiro em espécie pelo senador, por meio de seu primo Fred e sua irmã, Andrea Neves. Estes dois foram acusados de cúmplices de Aécio. Andrea cumpre prisão domiciliar e Fred, recolhimento noturno, depois de ambos terem sido efetivamente presos.

Como todo o processo de negociação e entrega do dinheiro foi gravado e filmado, além de exposto nos meios de comunicação, não havia como o poder judiciário se calar. Mas o tratamento dado a Aécio pelos pomposos juízes da Suprema Corte foi bem mais ameno que o dado a outro senador, o petista Delcídio Amaral, pego da mesma forma que Aécio em gravações negociando propina. O ministro Marco Aurélio Mello elaborou um afastamento provisório do mandato do senador mineiro e uma reclusão noturna, meio formal jurídico para contornar a prisão, ainda que domiciliar. Aécio, por ser um dos chefes da política burguesa, não poderia ser tratado como o petista, ex-peessedebista e vendilhão Delcídio.

Abriu-se então um novo elemento da crise política, um conflito entre o Senado e o STF. O Senado jamais se mostrou disposto a acatar o afastamento parlamentar de Aécio. Todos os velhos caciques da política burguesa estavam cientes de que ceder ao STF neste caso abriria a possibilidade de o judiciário atingir outros implicados, denunciados em uma série de crimes que vão bem além da Lava Jato.

Rapidamente, formou-se uma frente entre governistas e oposicionistas contra a chamada “intervenção do STF” sobre o “mandato popular de Aécio”. É bom que se diga que o PT também se uniu inicialmente à “defesa da democracia” proposta pelos bandidos oligarcas do PMDB, PSDB, PP, PR, PSC, etc. Na prática, essa defesa era de Aécio Neves e dos próprios mandatos.

A negociação entre o presidente do Senado, Eunício de Oliveira, e a presidente do STF, Carmen Lúcia, adiou a votação do Senado sobre o tema, a fim de dar tempo ao STF para que, em plenário, pudesse votar pelo seu próprio recuo e anulação das penalidades impostas a Aécio. O encontro objetivou evitar o agravamento dos choques entre os poderes.

O plenário do STF teve uma extensa discussão sobre a questão e uma votação dividida no ponto central. Primeiro, não poderia enfrentar abertamente o Senado, porque aprofundaria a crise política a pontos imprevisíveis. Segundo, não poderia simplesmente abdicar de suas funções e se submeter totalmente à camarilha do Senado.

A solução encontrada foi a de votar primeiro se o STF tem ou não a função de investigar e, em certas situações, punir parlamentares. Essa resolução teve a votação de 10 a 1. Mas era apenas uma formalidade, porque isso já ocorria antes e não mudou o que iria ser votado depois. A segunda votação teve empate de 5 a 5, com voto de desempate da presidente do STF, Carmen Lúcia, de concordar que não era necessário o aval do Congresso para investigar, mas que era preciso atribuir ao Senado a tarefa de definir se um parlamentar (no caso, Aécio) poderia ou não sofrer as penalidades. A isso ela chamou pelo curioso nome de “voto médio”. Tamanha confusão em sua declaração que a redação da sentença foi entregue ao ministro Celso de Mello, que tinha votado contra essa posição vencedora. Tudo isso mostra que o STF teve de recuar politicamente.

A seguir, o Senado passou a discutir a forma de votação. Diante dos fatos apresentados, para toda a população, Aécio se comprovou um criminoso. Houve pressão para que o voto que o absolveria pudesse ser secreto. Uma liminar garantida pelo ministro do STF Alexandre de Moraes impôs o voto aberto. Cogitou-se adiar a votação, por conta de ausências certas, mas a negociação e a pressão por se livrar das pressões do STF levou até pacientes hospitalares ao plenário do Senado para manifestarem abertamente seu apoio corporativo a Aécio. O PT, a pou-

(...) os velhos caciques da política burguesa estavam cientes de que ceder ao STF neste caso abriria a possibilidade de o judiciário atingir outros implicados, denunciados em uma série de crimes que vão bem além da Lava Jato.

cos dias da votação, ciente da ampla maioria que derrotaria as penalidades, abriu mão da “defesa da democracia” e decidiu votar contra a absolvição presumida do senador mineiro.

Tudo indica que essa votação foi um marco que, como afirma o ministro Marco Aurélio Mello, inibirá os ministros “punitivistas” e reduzirá as pressões judiciais contra os parlamentares envolvidos na Lava Jato. Apesar disso, enquanto o Senado votava, a polícia federal ocupava a casa do irmão do deputado Geddel Vieira Lima e saía de lá com várias caixas de “provas” de envolvimento dele com os R\$ 51 milhões encontrados no apartamento vizinho a Geddel e com suas impressões digitais.

Aécio reassumiu seu posto. Mas o episódio aprofundou a crise no PSDB. O presidente interino do partido, o cearense Tasso Jereissati, tem reivindicado quase que diariamente a renúncia de Aécio. Tudo indica que o PSDB, que chefiou o movimento inicial pela derrubada de Dilma Rousseff, se ressentirá do impacto da crise política.

CCJ inocenta Temer, Padilha e Moreira Franco

A indicação do deputado Bonifácio Andrada (PSDB) para a relatoria da denúncia contra o Presidente da República e seus ministros já expressava uma maioria de membros da Comissão favoráveis ao governo. Diferentemente da denúncia anterior, quando foi escolhido um deputado ligado à Rede Globo, que vi-

na fazendo campanha pela derrubada de Temer, e foi necessário substituir ao menos 14 membros para alcançar a maioria governista. Ainda assim, o governo tem manobrado para obter uma maioria garantida na CCJ e no plenário da Câmara. A exoneração de ministros a fim de que assumam suas cadeiras e possam votar pelo governo no plenário e a liberação de emendas parlamentares com recursos para seus estados ocorreu a todo vapor. Ainda assim, o governo teve menos votos na CCJ sobre esta denúncia que na anterior. E seu intervencionismo nas disputas inter e intrapartidárias vai abrindo novos flancos na crise política.

O PSB está profundamente incomodado e trama para que a bancada feche questão contra Temer na votação da denúncia de Janot em plenário.

O DEM está furioso por conta de Temer ter arrastado os deputados do PSB que negociavam com Rodrigo Maia a ida ao DEM.

Rodrigo Maia se declarou neutro na votação da denúncia de Janot por conta das acusações do advogado de Temer de que teria cometido crime ao liberar os vídeos da delação premiada do doleiro Funaro no site da Câmara, que incriminam ainda mais Temer e seus parceiros.

Temer busca votos com todos os meios disponíveis. O decreto que inibia a punição de trabalho escravo, reclamado pelos ruralistas para retribuírem com seus votos, está sob ofogo pesado, inclusive do Ministério Público Federal. Temer indicou sua posição ao STF de revogar a decisão que permite prender condenados por decisão da segunda instância. Foi um gesto em defesa de centenas de parlamentares investigados. Quase no mesmo espaço de tempo, suspendeu a liberação da exploração de minério nas terras indígenas demarcadas na Amazônia. A reforma da previdência, por sua vez, só acontecerá se se limitar ao limite de idade e transição. Os demais pontos ficarão para o futuro governo. Essa descrição indica que o governo está dilacerado e sobrevive graças

3º Congresso da CSP-Conlutas

Reafirma a hegemonia política do PSTU

Com quase dois mil delegados e centenas de convidados, realizou-se entre os dias 12 e 15 de outubro o 3º Congresso da CSP-Conlutas. Contou com 16 contribuições globais e dezenas de resoluções. A maioria dos delegados estava alinhada com as posições do PSTU. As correntes do PSOL, que reivindicam dessa Central (lembremos que no PSOL há grupos que reivindicam da Intersindical) e outros agrupamentos menores constituíram o Bloco oposicionista “Somos todos CSP-Conlutas”. Essas duas forças políticas disputaram a direção da central. O PSTU conseguiu manter sua hegemonia, aprovando suas resoluções.

O Partido Operário Revolucionário/Corrente Proletária interveio na defesa da tese nº 10 e de resoluções sobre a situação nacional, plano de lutas e balanço da central. Em função da disputa entre o PSOL e PSTU, as formulações do POR não tiveram como promover a diferenciação política entre o marxismo e o centrismo. Mesmo assim, as resoluções contaram com o apoio de alguns delegados que não pertenciam à Corrente Proletária.

O Congresso reproduziu o mesmo formato dos demais congressos sindicais, com apresentação das teses - contidas no caderno de propostas e resoluções -, painéis, grupos, reuniões setoriais e plenárias deliberativas. As propostas que obtiveram 10% nos grupos foram encaminhadas para discussão e votação nas plenárias.

aos compromissos contraídos pela frente burguesa golpista no processo de impeachment do governo petista.

Temer se livra por conta das direções conciliadoras

No último dia 29/09, as centrais sindicais se reuniram para acordar uma ação contra a aplicação da reforma trabalhista. Havia os mais radicais que exigiam greve geral. Mas o que saiu do encontro burocrático foi um dia nacional de lutas, na véspera do fatídico 11 de novembro. A CUT, maior central do país, se nega a unificar as campanhas salariais em andamento no final de outubro/começo de novembro e tomá-las como ponto de apoio para uma greve geral. A Força Sindical já considera a questão águas passadas e apresenta sua proposta de transição da reforma da previdência (30% de tempo de trabalho a mais do que ainda falta para se aposentar para cada trabalhador), a qual ainda julga poder negociar com o governo.

Se o governo Temer já nasceu em crise e essa crise, com altos e baixos, tem se aprofundado, as condições para o combate nas ruas a ele foram se tornando mais favoráveis. As manifestações do primeiro semestre deste ano comprovaram isso. Temer não cai por conta da nova forma de colaboração das direções sindicais: se antes eram parte do governo, agora realizam a conciliação de classe como oposição burguesa, pela via parlamentar e institucional. Dão margem de manobra a Temer e desiludem as massas com seu eleitoralismo e oportunismo.

O dia 10 de novembro deve ser impulsionado. Trata-se de retomar a greve geral de 28 de abril. Concentrar todas as forças pela derrubada das reformas antinacional e antipopular e pela defesa dos empregos e dos salários. A vanguarda revolucionária deve trabalhar, empunhando a política de independência de classe, levantando sempre a estratégia própria de poder proletário, o governo operário e camponês e impulsionando as organizações próprias que as massas em luta vão forjando.

Entre os painéis, houve um sobre os “100 anos da Revolução Russa”, com convidados previamente indicados. Não teve a participação dos delegados, nem das correntes que não foram convidadas para a mesa. O painel sobre os “11 anos da CSP-Conlutas”, também com convidados, tinha o objetivo de mostrar os êxitos da cisão com a CUT e a trajetória positiva de uma década de existência. O mais polêmico dos painéis foi sobre se o tema das opressões deveria fazer parte das plenárias. A direção da Conlutas, para contornar o problema, formou uma mesa com as manifestações dos diferentes grupos, que iam do movimento de mulheres, homossexuais, negros, índios até os desempregados (“SOS Emprego”) e encaminhou as reivindicações para a nova coordenação da central.

É fundamental destacar a importância do momento em que se realizou o Congresso. Tratava-se de se posicionar diante do golpe de Estado, que derrubou o governo de 13 anos do PT, o papel das direções sindicais frente às medidas antinacionais e antipopulares, a tendência de luta da classe operária e demais explorados e as tarefas de uma central que se reivindica da independência de classe. Esse acontecimento, mesmo tendo decorrido há mais de um ano, constituiu um dos principais pontos de discussão do Congresso, além de se desdobrar em vários outros aspectos.

Nesse ponto, as correntes puderam expor suas posições. O PSTU

reafirmou sua caracterização de que não se tratou de um golpe de Estado. Diz que o governo Temer apenas continua a política de ajuste aplicada pelos petistas. Aproveitou para fazer críticas às correntes que saíram em defesa de Dilma, objetivando atingir o MTST e a Frente Povo Sem Medo, aliados de correntes do PSOL. Seguindo o PSTU nessa caracterização, com nuances na análise, compareceram as correntes LS, CST, MRS e outras. Mas, a maioria das correntes do PSOL interveio defendendo que houve um golpe institucional e criticaram a política do PSTU. No entanto, nem o PSTU, nem o PSOL deram a devida importância à caracterização do golpe defendida pelo POR, em função de suas posições de disputa aparelhista. Nas intervenções, o POR se diferenciou tanto do PSTU, como do PSOL. Demonstrou que o impeachment é um instrumento golpista incrustado na Constituição, uma vez que serve para cassar o mandato do governo eleito. Que o Congresso Nacional se colocou como principal órgão do golpe, agindo por cima dos mais de 50 milhões de votos obtidos pelo PT. E que o governo nascido do golpe é de ditadura civil.

Duas posições aparentemente opostas

Duas linhas se evidenciaram em função do número de delegados: 1) a do PSTU; 2) e a do Bloco, que reunia as diferentes correntes do PSOL ou próximas às suas formulações.

As posições do PSTU, boa parte expressas por meio do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, reafirmaram que no Brasil não houve golpe de Estado. Por meio do discurso inflamado, enfatizaram que os trabalhadores já vinham sendo golpeados pelos governos do PT. E que a saída para a crise política estava na defesa das bandeiras do “Fora todos” e “eleições gerais”. Como o PSTU estava sob pressão de delegados de base mais empobrecidos, procurou minimizar o conteúdo eleitoral de sua bandeira, acrescentando a ideia de que é preciso uma “proposta política para a classe trabalhadora para a crise e para o país”. Eis sua resolução: 1) “*Atuamos para construir uma alternativa independente da classe trabalhadora contra as diversas alternativas da burguesia, sejam as da direita tradicional que vão do PSDB, PMDB a Bolsonaro, sejam do PT e da Frente Brasil Popular ou da Frente Ampla das Diretas já, com seus interesses eleitorais de afirmação de um campo de colaboração de classes. Nesse marco também nos opomos a Frente Povo Sem Medo...*”. 2) “*só um Governo Socialista, dos operários e do povo pobre, apoiado nas lutas da nossa classe, funcionando através de conselhos populares pode aplicar este programa e mudar o país. Não conquistaremos esse governo via eleições, só através de nossa luta e organização*”. Portanto, como se vê, o PSTU apresentou uma proposta para o momento (que é a via das eleições) e outra para o futuro (“Governo Socialista, dos operários e do povo pobre...”).

As correntes do PSOL e suas aliadas foram taxativas nas suas posições. Colocaram-se por “uma frente de esquerda socialista nas lutas e nas eleições”. Afirmaram que Temer representa um governo “ilegítimo”. Levantaram bandeiras como “Fora Temer! Eleições gerais e diretas já, com regras democráticas!”. Criticaram a direção majoritária da CSP-Conlutas de caracterizar a Frente Povo Sem Medo como “governista” e, assim, se isolar de uma “construção da unidade mais ampla na luta...”.

Na realidade, as diferenças entre o PSTU e PSOL se deram em torno da caracterização do golpe, do governo Temer e da frente eleitoral. As posições do PSOL de caracterização do governo são as mesmas do PT, de que se trata de um governo “ilegítimo”, portanto, é preciso de eleições para dar “legitimidade” a um novo governo. As do PSTU, por sua vez, rechaçam que Dilma foi der-

rubada por meio de um golpe. E, assim, diante da crise política e da enorme corrupção, é preciso defender as bandeiras do “Fora Todos, eleições gerais” e “Prisão para todos os corruptos e corruptores”. O PSTU compartilha com a caracterização do PT e do PSOL de que se trata de um governo “ilegítimo”. A saída da crise pela via eleitoral é o elo que uniu o PSTU e PSOL. O desacordo estava na extensão dessa frente eleitoral. O PSTU dizia que era preciso uma frente classista e socialista. E o PSOL, que teria de ser mais ampla, abarcando setores do PT descontentes e a Frente Povo Sem Medo, controlada por Guilherme Boulos.

Importante divergência

Um outro aspecto, decorrente da caracterização se houve ou não golpe de Estado, dizia respeito à correlação de forças entre as classes, entre uma “onda conservadora” (defendida pelas correntes do PSOL) e o “avanço das lutas” (assinalado pelo PSTU). É evidente que se trata de uma falsa polêmica. Isso porque as duas tendências estão presentes na situação de crise.

O PSTU dizia que o PSOL se apoiava na “*ideia de que a relação de forças na sociedade era desfavorável e haveria falta de disposição de luta dos trabalhadores*”. Que “*atribuir a Permanência de Temer a uma suposta falta de disposição de luta dos trabalhadores, serve apenas para livrar a cara dessas direções (referia-se às centrais, N.R.) e seu papel nefasto*”. E que “*Não interessa ao PT, CUT... nem mesmo a FPSM derrubar Temer*”. Por sua vez, correntes do PSOL diziam que era preciso avaliar o estágio em que se encontra a luta de classes. Afirmaram que “*apesar dos de baixo não aguentarem mais a crise social, do descrédito na democracia burguesa, no rechaço aos processos eleitorais, aos políticos e às instituições, a reação da classe trabalhadora é ainda para se defender dos brutais ataques*”. Assim, era preciso: “*Saber dialogar sem sectarismo com importantes setores da esquerda que constroem a Frente Povo Sem Medo e da plataforma Vamos é fundamental e isso não significa um adesismo acrítico ao campo do PT ou uma estratégia oportunista de estar no local certo da foto caso Lula seja preso*”.

Como vimos, as correntes do Bloco insistiram na defesa de uma frente mais ampla para enfrentar o “avanço da direita” – a aliança com o MTST foi utilizada diversas vezes como exemplo. Por sua vez, o PSTU se opôs a essa aliança e denunciou a aproximação de Boulos (MTST) com a política do PT. Acusou o PSOL de não confiar na força independente dos trabalhadores e de ignorar os sintomas de mudança favorável no quadro de resistência dos diversos setores. Lembrou do caso das ocupações de escolas pelos secundaristas, além de outros exemplos.

Essa divergência marcou o Congresso. Expressou a polarização conjuntural entre duas tendências do centrismo. O PSTU pela esquerda, e o PSOL pela direita. Está correto o PSTU em rechaçar a avaliação oportunista de que a permanência de Temer no poder se deve a “falta de disposição de luta dos trabalhadores”. Trata-se de uma capitulação do PSOL diante da traição das burocracias sindicais, que desmontaram o movimento de resistência da classe operária. O problema está na conclusão da divergência. A posição do PSTU de que se trata de constituir uma “alternativa independente da classe trabalhadora” vem do arsenal do centrismo. É uma formulação voltada às eleições e corresponde à frente de esquerda eleitoral. O seu conteúdo é dado pelas bandeiras do “Fora Todos e Eleições Gerais”.

Diferenças quanto à crise na Venezuela

Nesse ponto, apareceram várias formulações que iam do

“Fora Maduro”, “nem Maduro, nem a MUD e nenhuma intervenção do imperialismo” até as bandeiras da “autodeterminação da Venezuela, ao lado dos trabalhadores contra o intervencionismo do imperialismo”. As correntes que compuseram o Bloco oposicionista não se posicionaram de forma unitária. Havia aquelas que se apresentaram taxativamente pela derrubada de Maduro e combate à MUD. E aquelas que saíram em defesa do chavismo e do “Socialismo no século XXI”.

O PSTU se colocou pela bandeira da LIT de “Fora Maduro”. As várias formulações no PSOL e a do PSTU evidenciaram a confusão e o erro fundamental do centrismo. As bandeiras de “Fora Maduro” e de apoio a Maduro não foram devidamente discutidas pelo Congresso. Ambas as posições se referem à estratégia de poder. A de “Fora Maduro” converge com o movimento reacionário liderado pela oposição pró-imperialista. Certamente, a LIT e o PSTU vinculam essa bandeira à convocação de eleições, embora não expressassem diretamente. Que governo corresponde ao “Fora Maduro”? O PSTU não pensa na derrubada do governo nacionalista putrefato por meio da revolução proletária e constituição de um governo operário e camponês. Essa é a única via para derrotar a ofensiva da oposição imperialista e superar o nacionalismo burguês. Caso contrário, triunfará a via da Oposição burguesa. Não se pode desconhecer que o imperialismo norte-americano tem cercado a Venezuela, alimentado a contrarrevolução e fomentado um golpe. É preciso, portanto, opor-se terminantemente a esse curso. Qualquer ação contra o governo de Maduro que favoreça a estratégia da oposição é condenável. A LIT e o PSTU são pródigos em cometer esse erro (Egito, Líbia, etc.). Como a posição do PSOL não era oficial, mas das correntes que o compõem, é preciso fazer uma referência ao apoio a Maduro. O proletariado, por princípio de classe, não apoia nenhum governo burguês. Não se pode deduzir, porém, que diante do ataque do imperialismo, os explorados se coloquem em uma posição neutra ou de indiferença. Ao contrário, lançam-se à luta anti-imperialista, sem apoiar o governo burguês. Dada as circunstâncias, pode ser que tenham de lutar ao seu lado contra a reação golpista. O problema fundamental dessa contradição está em que o proletariado venezuelano não tem seu partido para aglutinar as massas em uma frente única anti-imperialista, constituída em torno da estratégia da luta por um governo operário e camponês. Assim, as diversas variantes do centrismo se perdem e se dão ao luxo de levantar qualquer bandeira circunstancial.

Proposta de consenso sobre o Plano de Ação

A Secretaria Executiva da CSP-Conlutas apresentou uma resolução que foi aprovada pela quase totalidade do Congresso. Considera que a crise política aumentou, que o governo Temer continua impondo medidas de ataque aos explorados e que avança com as privatizações, que os trabalhadores vêm mostrando disposição de luta, ressalta as greves dos professores do Rio Grande do Sul, dos correios e elogia o Movimento Brasil Metalúrgico por unificar as centrais contra as reformas. Conclui com o chamado do dia 10 de novembro e com a posição do PSTU de transformar esse dia em uma “verdadeira greve geral, necessária para botar para “Fora Temer e Todos os Corruptos do Congresso Nacional”.

O PSTU e PSOL saíram em defesa da frente “Brasil Metalúrgico”, que reúne todas as centrais sindicais, e da plenária nacional de 29 de setembro. Ao contrário do que proclamaram, essa plenária esteve sob o controle da Força Sindical e da política contrária

à greve geral. O dia 10 de novembro foi aprovado, nessa plenária, como mais um dia de manifestações nacionais contra as reformas e em defesa dos direitos.

Cabe destacar que foi aprovado no Plano de Ação a luta contra a terceirização e a proposta de efetivação de todos os terceirizados. Certamente, a CSP-Conlutas não sairá em defesa da efetivação dos terceirizados, como vêm fazendo os sindicatos que são controlados pelo PSTU e PSOL.

De forma geral, todos os agrupamentos se colocaram pela luta contra as reformas trabalhista, previdenciária, do ensino médio, bem como, os projetos reacionários de “Escola Sem Partido”. Havia uma unanimidade em torno da bandeira de retomar a greve geral para derrubar o governo e as reformas.

Sobre a estrutura sindical

Boa parte das colocações eram genéricas e vieram no sentido de que é preciso ampliar a democracia nas instâncias da Conlutas. Não houve por parte do PSTU e PSOL nenhuma proposta contra o funcionamento da central, que desde a origem não tem uma direção eleita no Congresso. O movimento de mulheres insistiu na proposta de 50% da direção da central ser constituída de mulheres.

A polêmica, no entanto, se deu em função da aplicação da reforma trabalhista, que elimina o imposto sindical. Havia uma resolução que dizia que a Conlutas deveria se posicionar contra a criação de uma nova contribuição sindical, como vem sendo feito pelas demais centrais. Que deveria se colocar contra todo tipo de contribuição impositiva. O PSTU, que embora tenha colocado em sua tese a defesa da contribuição voluntária dos sindicalizados, se posicionou contra essa resolução. Defendeu uma taxa assistencial, desde que votada em assembleia. Afirmou que é correto que a categoria discuta a contribuição assistencial que deve ser levada a toda categoria. Como se vê, as direções sindicais, de conjunto, não combatem o intervencionismo estatal sobre o funcionamento dos sindicatos, o imposto sindical e outras formas de taxas compulsórias aos trabalhadores. Por isso, a resolução do PSTU foi aprovada por ampla maioria do plenário.

A essência da intervenção do POR

O POR interveio em algumas plenárias. Procurou se diferenciar das posições em disputa, defendendo a estratégia própria do proletariado para enfrentar a crise econômica e política. Apoiou-se no princípio da independência de classe para combater as burocracias sindicais. Defendeu os métodos da ação direta para pôr abaixo o governo e as reformas antinacional e antipopular. Mostrou a disposição de luta da classe operária expressas na greve geral de 28 de abril. Denunciou a traição das centrais sindicais em desmontar o movimento dos explorados. Ressaltou a defesa das reivindicações de emprego, salário e direitos para potencializar a ação dos explorados contra os capitalistas e o governo. Combatu o eleitoralismo do PSOL e PSTU. E reafirmou o programa da classe operária, que se traduz na revolução proletária e na constituição de um governo operário e camponês.

Como dissemos, o pequeno número de delegados impediu que as posições poristas estivessem no centro das discussões. Se isso ocorresse, certamente, haveria uma unidade entre o PSOL e PSTU no combate às teses do POR. A grandeza de nossas formulações têm como principal obstáculo a sua pouca penetração na classe operária e nos demais explorados. Essa é uma dura tarefa que temos de cumprir.

Origem da Oposição-chapa 2. Intervenção da Corrente Proletária/POR nos metalúrgicos do ABC (parte V)

Damos continuidade ao relato da experiência do militante do POR no interior da Volks. No Massas 549, expusemos a origem da Oposição Chapa2 na Volks e a sua luta contra a implantação da flexibilização capitalista do trabalho. No Massas 550, relatamos a intervenção da Corrente Proletária/POR nos metalúrgicos do ABC, diante do acordo traidor de 2001. No Massas 551, comentamos as manobras da burocracia para quebrar a greve e aprovar o acordo de demissão. No Massas 552, tratamos da luta da Ala 21 contra a terceirização. Agora, exporemos a luta contra o Autovisão e o papel traidor da burocracia sindical

Multinacional impõe o Autovisão

Em 2003, um ano após terceirizar a ala 21 e outros setores, a Volkswagen anunciou uma novidade do capitalismo imperialista para eliminar postos de trabalho: o projeto Autovisão. Logo foi batizado pelos trabalhadores de Autofacção.

Como sempre, a montadora anunciou que havia um excedente de 3.933 trabalhadores, nas plantas de Taubaté e São Bernardo do Campo. Após o anúncio, começou o terrorismo. Em reuniões internas com os trabalhadores, a multinacional mentia dizendo que estava em crise, no vermelho, quando os dados das revistas especializadas mostravam que havia obtido bilhões em lucros. Seu objetivo era o de reduzir custos, melhorar sua competitividade, com as demais montadoras e aumentar seu lucro. Para isso, necessitava eliminar 3.933 postos de trabalho. A demissão viria acompanhada de uma “alternativa social” aos demitidos. A grande novidade era usar a experiência da matriz alemã de “qualificar” os trabalhadores afastados da produção, visando deslocá-los para novas atividades, serem “empreendedores”, como diziam. Em lugar de demitir em um só golpe, a empresa daria condições “psicológicas” e “profissionais” para os demitidos.

A imprensa se encarregou de elogiar a multinacional. Tentaram esconder a situação dramática da destruição de quase 4 mil postos de trabalho. Criou-se um clima para evitar que os operários se revoltassem contra mais um ato de barbárie dos capitalistas.

A burocracia sindical, inicialmente, falou contra a transferência compulsória dos trabalhadores para o Autovisão. Sua preocupação era a de mascarar a quebra do acordo de 2001, em relação à estabilidade, que nunca existiu. Lembremos que 700 companheiros foram demitidos por esse acordo. Os burocratas foram uma vez mais para a Alemanha. Diziam que necessitavam conhecer de perto a fabulosa novidade. Em seguida, acharam a forma de adaptá-la ao acordo de 2001.

Burocracia sindical aceita as demissões

A Volks enviou as cartas de demissão aos metalúrgicos. Marcando, assim, as futuras vítimas das demissões. Depois de radicalizar, dizendo que haveria greve se a Volks não respeitasse o acordo de 2001, a burocracia, dirigida por Feijóo e Luís Marinho, passou a pressionar os trabalhadores a aceitarem o projeto. Chegaram ao ponto de dizer que, em princípio, o Autovisão em si não era ruim. O problema era que a Volks pretendia transferir de forma compulsória e desligar os trabalhadores da empresa. Para a burocracia, era possível um acordo, se a Volks mantivesse a “estabilidade” até 2006 e não impusesse a transferência para o Autovisão, deixando que fosse uma decisão espontânea dos operários.

A multinacional, então, retirou da manga o PDV e disse que asseguraria os trabalhadores desligados até 2006. E que abriria o PDV para os interessados. A armadilha para destruir defini-

tivamente os postos de trabalho estava montada. Os operários poderiam ficar três anos recebendo sem trabalhar ou aceitarem a demissão imediata pelo PDV.

A burocracia festejou como uma boa solução. Afinal, o operário poderia optar por ser demitido pelo PDV ou esperar a demissão em 2006. Os traidores não consideraram, em nenhum momento, o quanto é violenta a destruição de 4 mil postos de trabalho. Somando com os 1.923 da Anchieta e os 2.010 Taubaté. A direção sindical procurou convencer os operários que o acordo de 2001 não havia sido quebrado. Falseou assim a realidade. A estabilidade era a dos operários na produção. Ao afastar 1.923 para o Autofacção, a Volks os desligou da produção e destruiu esse número de postos de trabalho. Aberto o PDV, 1.756 trabalhadores aceitaram a demissão, atraídos pelos 20 salários extras e 40% de adicional por ano trabalhado e temerosos de saírem de mãos vazias. A renovação tecnológica e a automação do processo produtivo permite a patronal aumentar a produção com um número menor de operários.

Ao contrário da burocracia traidora, era preciso combater as demissões, levantando a bandeira de redução da jornada, sem redução de salários e a escala móvel das horas de trabalho, divisão das horas entre todos os trabalhadores, empregados e desempregados.

Intervenção da Oposição-chapa 2 na luta contra o Autovisão

A burocracia sindical, para negociar a transferência e desligamento dos operários, teve de enfrentar a crítica da oposição-chapa 2, que chamou os operários a rechaçarem o Autovisão e defender a redução da jornada, sem redução de salários, para assegurar os postos de trabalho a todos os trabalhadores.

Não se pode deixar de reconhecer que havia heterogeneidade no interior da Oposição. Determinadas posições levantadas por uma de suas alas acabaram enfraquecendo a luta de resistência. Não houve uma posição comum para combater a destruição de postos de trabalho e o desemprego. Isso ocorreu porque a maioria da Oposição era constituída por militantes do PT, o que dificultava enfrentar a burocracia do sindicato, também petista. Houve uma clara omissão do Boletim Alternativa elaborado pela Oposição, nos momentos-chaves da luta contra o Autovisão. Essa parcela da Oposição não foi capaz de demonstrar que o acordo de 2001 foi uma farsa quanto a estabilidade e, assim, acabou cedendo às pressões da burocracia, que acusava a Oposição de querer quebrar o acordo. A outra ala, não petista, influenciada pelo PSTU, que publicava o Boletim Ferramenta, se posicionou corretamente na caracterização de que o Autovisão era a porta para a demissão, porém caiu na armadilha de levantar a bandeira de um PDV maior. Assim, acabou defendendo o PDV, portanto, quebrou o princípio de-

mocrático de não se negociar as demissões. Como se vê, não havia consenso na Oposição. Aí estava a fraqueza do movimento oposicionista.

Intervenção da Corrente Proletária Metalúrgica

A Corrente Proletária/POR fazia parte da Oposição. Atuava na fábrica com o Boletim da Oposição e com seu Boletim: Nossa Classe. Desde o início criticou o plano da Volks de demitir por meio do Autovisão. Denunciou o papel traidor da burocracia do sindicato e foi radicalmente contra o PDV. Levantou a bandeira de que emprego não se negocia, se defende com luta. Mostrou que o PDV é um instrumento a chamada

flexibilização capitalista do trabalho. É utilizado pela patronal para amenizar a violência das demissões em massa e responsabilizar o operário por seu desligamento da fábrica. O Nossa Classe criticou duramente a burocracia que aceitou e aceita o PDV, iludindo os trabalhadores com a indenização e evitando a luta coletiva em defesa dos empregos. O Nossa Classe, também, se esforçou para que a frente única de Oposição não se rompesse. Defendeu o direito de divergência entre as correntes oposicionistas, bem como a liberdade de expressão por meio de boletins, para que os operários conhecessem as diferentes posições no interior da Oposição.

Daremos continuidade no próximo Jornal Massas

Crítica ao Plano Popular de Emergência / PT (última parte)

No Jornal Massas 547, iniciamos a crítica sobre o Plano Popular de Emergência, publicado em 19 de maio de 2017. Na primeira parte, comentamos a introdução do documento; na segunda, a “Democratização do Estado”; na terceira, analisamos a “Política de Desenvolvimento, Emprego e Renda”; na quarta, tratamos da “Reforma Agrária e Agricultura Familiar”. Na quinta, explicamos criticamente os pontos sobre os direitos. Na sexta, discutimos aspectos referentes à segurança pública e aos direitos humanos. Nessa última parte, concluiremos com a discussão sobre o 10º ponto que trata da “Política Externa Soberana”.

Esse é o ponto menos detalhado do Plano Popular de Emergência. É, portanto, muito geral, mas evidencia o suficiente para se ver a adaptação do reformismo ao imperialismo. Ao não se referir às relações de opressão nacional, se oculta a principal questão da soberania. Eis o ponto que introduz a formulação sobre a “Política Externa”: *“Retomada da política externa independente, com fortalecimento da integração regional da América Latina e de blocos contra-hegemônicos como o BRICS, recuperando a orientação por uma nova ordem mundial baseada na paz, na autodeterminação dos povos e no respeito à soberania das nações”*.

O nacionalismo burguês tem por base a aspiração da independência e da soberania. Aspiração da burguesia nacional que se baseia na sua condição de classe subalterna e semi-oprimida. O Brasil passou da condição de colônia portuguesa para a de semicolônia. Por mais que suas forças produtivas tenham se desenvolvido e constituído o capital nacional, nunca superou o lugar de semicolônia nas relações de interdependência mundiais. É compreensível que os nacionalistas tenham atribuído à dependência econômica do Brasil o motivo principal de seu atraso. Não sem razão, evidentemente. Ocorre que concluíram dessa premissa a possibilidade de a burguesia industrializante assumir a condução do Estado e, assim, estabelecer uma política independente do imperialismo e contraposta à velha oligarquia cujas raízes se encontram no colonialismo. De forma que o problema fundamental era o de romper o domínio oligárquico que mantinha o país no atraso e colocar-se numa posição de soberania diante dos interesses do imperialismo. A superação do predomínio oligárquico implicava a reforma agrária. A superação da dependência estava condicionada à industrialização sob a condução da fração burguesa considerada

“progressista”. É sobre esse fundamento que se edifica a noção de política externa independente. Para implantá-la, era necessário constituir um governo nacional, capaz de pôr em marcha reformas próprias do país de economia atrasada e dependente. Essa formulação refletiu o período nacionalista de 1930 a 1964. O governo de João Goulart concluiu esse período, revelando a debilidade da fração burguesa nacionalista diante do poder da velha oligarquia e do domínio imperialista, exercido pelos Estados Unidos. Naufragou com ele a tese das reformas e da soberania nacionais. É preciso indicar de passagem que o governo militar de Geisel procurou restabelecer a premissa da independência, vinculada à estratégia de tornar o Brasil uma potência regional. Também a ditadura militar, de traços nacionalistas, fracassou.

O PT se lançou à empreitada de reatar os elos com o nacionalismo, adaptando-o às novas condições da democratização do país. Recorreu ao arsenal do nacionalismo burguês e do nacionalismo pequeno-burguês estalinista e castrista. Essa reabilitação se forjou em torno da estratégia eleitoral de constituir um “governo democrático e popular”. Eis por que inicialmente levantou como tarefa desse governo a reforma agrária, o fortalecimento da indústria nacional, o alargamento do mercado interno e a política exterior independente. Uma aliança antiloligárquica e antimonopolista com setores progressistas da burguesia permitiria avançar nesse sentido. É claro que essa formulação com o tempo foi considerada radical pela direção majoritária e conservada apenas a ideia de uma política exterior independente. A experiência com os governos petistas foi conclusiva. Não alterou o poder da velha oligarquia, fortaleceu o poder da nova oligarquia financeira e não rompeu nenhum dos elos da dominação imperialista. O certo é que o PT para chegar ao poder do Estado dependeu de aliança com uma fração da burguesia nacional e para conservá-lo foi obrigado a estabelecer uma aliança com a velha oligarquia.

O pressuposto de que o governo petista desenvolveu uma política externa independente é inteiramente falsa. A real independência e soberania somente serão conquistadas com a ruptura integral com o imperialismo, o que implica a nacionalização e a estatização dos monopólios industriais e do capital financeiro, bem como o estabelecimento da nacionalização do

comércio exterior. Enquanto a economia estiver sob o controle das multinacionais, que monopolizam os principais ramos de produção, e enquanto o capital financeiro impor o parasitismo da dívida pública, a política de qualquer governo – mais à direita, ou mais à esquerda – estará sujeita à interferência do imperialismo. A intenção de retomar a “política externa independente” é hipócrita e demagógica.

As referências ao BRICS, Mercosul, Unasul, Celac e Banco do Sul (BDS), bem como a meta de criar um “Conselho de Política Externa Pluriministerial”, também mereceriam um balanço dos fracassos. Os planos, projetos e objetivos de estabelecer organismos que reúnem países semicoloniais em paralelo com os organismos criados pelo imperialismo (OEA, OMC, grupo dos 7, etc.) para concorrer em pé de igualdade e influenciar o curso das relações mundiais (nova ordem mundial, multilateralismo, etc.) requeimam a aspiração pequeno-burguesa e burguesa da “terceira via” e da união do “Terceiro Mundo”, impulsionada no passado pelo castrismo e por movimentos nacionalistas. O Mercosul foi criado na época do governo Collor e consolidado no governo de Fernando Henrique Cardoso. Atendia aos interesses das multinacionais. Em nenhum momento, sob os governos do PT, se ergueu contra os monopólios e os interesses gerais do imperialismo. A ideia de um Banco que congregue os países de economia atrasada para fazer frente ao capital finan-

ceiro internacional mostra o quanto de ilusão move as pretensões nacional-reformistas.

A discussão sobre o Plano Popular de Emergência nos deu oportunidade de expor a crítica programática ao nacional-reformismo do PT, que conta com a colaboração do PCdoB estalinista e dos castro-guevaristas de movimentos como o MST. O capitalismo já não comporta reformas, embora continuem existindo como necessidades. A luta consequente para cumpri-las obrigatoriamente deve estar sob o programa e a estratégia da revolução proletária. O mesmo diz respeito à independência e soberania nacionais do Brasil. Nenhum governo nacional-reformista, por mais radical que seja, travará consequentemente a luta anti-imperialista. Essa tarefa democrática é a mais fundamental e decisiva de todas. Conduz à expropriação e a estatização do capital financeiro, dos monopólios industriais e comerciais. Esse passo é imprescindível para o país impor às potências as condições de um comércio exterior regido inteiramente pelos interesses da economia do país oprimido e de proteção à maioria da população. Está aí por que o nacionalismo mais radical não se transformou em um movimento revolucionário anti-imperialista. Somente o proletariado pode combater pela independência e soberanias nacionais do país semicolonial. Trata-se da força social capaz de empunhar o programa da revolução proletária.

Considerações sobre o 6º Congresso do PSOL

Iniciamos no Jornal Massas 549 nossas considerações sobre as teses do PSOL ao 6º Congresso. Comentamos a estrutura federativa do partido, o partido de filiação e a tese geral de “uma alternativa de esquerda”, que comparece em praticamente todas as resoluções. No Massas 550, analisamos os aspectos da conjuntura mundial, discutindo a caracterização de que há uma tendência dos explorados a se armarem de uma “alternativa de esquerda”. No Massas 551, tratamos da conjuntura nacional. No Massas 552, iniciamos a discussão sobre o programa. Agora, concluiremos a crítica sobre o programa.

Havíamos assinalado que as teses, sem exceção, referiam-se ao programa como um instrumento da participação do PSOL nas eleições de 2018. Preso a esse objetivo, as mais diversas correntes adaptam as análises, as reivindicações e as tarefas a um plano de governo. Sequer aventam os perigos das ilusões democráticas pequeno-burguesas. Nesse sentido, uma das características das teses é a de não ter uma explicação bem fundamentada do fracasso do nacional-reformismo do PT. O lugar comum é de que esse partido, de onde nasceu o PSOL, se desviou do caminho devido às alianças com os partidos da burguesia, adaptou-se aos interesses econômicos e sociais dos capitalistas e se corrompeu. Conclui-se que abandonou sua função histórica de “alternativa de esquerda e socialista”. Munidas dessa superficialidade, as teses ocultam a impossibilidade de realizar profundas reformas no capitalismo em decomposição. Ao lado da ausência de tal caracterização, vemos também que não admitem a premissa marxista de que pela via das eleições somente se constitui um governo burguês ou pequeno-burguês. E que, por mais esquerdista que seja um governo, estará obrigado a exercer a ditadura de classe da burguesia sobre o proletariado e a maioria oprimida. Em resumo, as teses ignoram a revolução social. Para ser mais pre-

ciso, a tese da direção majoritária, Unidade Socialista (US), e a tese “Caminhado contra o vento” se opõem à via da revolução. Tudo indica que essas duas teses formam a maioria burocrática que controla o PSOL e a sua vida parlamentar.

A tese “Caminhando contra o vento”, que tem como signatários Chico de Alencar e outros parlamentares, é a que mais se dedica a formular o sentido socialdemocrata do socialismo, embora tanto rechace o “autoritarismo burocrático do socialismo real” como o “conformismo da socialdemocracia”. Irresponsavelmente, desconhece o processo histórico que levou à degeneração burocrática dos Estados operários e a traição da socialdemocracia ao proletariado mundial. Assim, inventa a historietta de que “a proposta socialista precisa ser reconstruída, reinventada, ressignificada”. De fato, combate o programa, a estratégia e o partido da revolução proletária. E abraça o velho revisionismo do marxismo que levantou a tese de chegar ao socialismo pela via da democracia como valor universal, na realidade, burguesa. Recorre ao arsenal do revisionismo, adaptando-o à noção do “aprofundamento da democracia” e da “auto-organização dos que vivem do seu próprio trabalho” como o caminho para transitar do capitalismo para o socialismo. Chega ao absurdo de afirmar que o Estado no século XXI é distinto do Estado burguês dos séculos XIX e XX. Teria mudado a tal ponto que já “não é simples representação dos interesses exclusivos da burguesia”. Em outras palavras, expressa os interesses de todas as classes, assim, já não há ditadura de classe da minoria capitalista sobre a maioria explorada. A estratégia do PSOL, portanto, seria a de “democratizar” e “desprivatizar” as instituições estatais. Para combater a revolução e se agarrar à democracia eleitoral, a tese nega a classe operária como força motriz das transformações, substituindo-a pelo que denomina “novos sujeitos

coletivos” (movimentos feministas, dos negros e LGBTs). Em relação ao Estado burguês, é contrária à sua destruição pela revolução proletária. Defende a democracia em abstrato e inventa uma tal de “socialização dos meios de governar”. Quer nos fazer crer na metafísica de uma “sociedade organizada” que defina os “mecanismos de controle democrático sobre o Estado e a rigorosa regulação social dos agentes econômicos do Mercado”. Por essa via, advoga academicamente, no pior sentido do termo, que um governo do PSOL deve inverter os valores de classe que desde sempre estiveram na base do Estado. Imagina “uma reforma de Estado que consagre a prevalência dos interesses populares em relação aos interesses econômicos”. Conclui, portanto, com a posição reacionária de “aposentar os dogmas e colocar a luta ciclópica e universal dos revolucionários no seu devido lugar”. Essa formulação de conjunto é uma cópia do ideário petista.

A tese da US vai no mesmo sentido, acentuando a “grande relevância de coletivos e articulações com centralidade da luta das mulheres, negras e negros e LGBTs no confronto ao capitalismo”. Não desenvolve a questão do socialismo. Para seus defensores, o socialismo é um sonho.

Os defensores da tese “Por uma frente de esquerda socialista no Brasil” exaltam o PSOL por ter “unificado militantes de distintas origens na busca de construir uma esquerda capaz de atualizar o projeto socialista numa perspectiva ecossocialista, feminista, antiracista, antiLGBTfóbica e antiproibicionista”. A invencionice da esquerda eleitoreira, como se vê, não tem limites. Ao invés de se colocarem claramente contra a teoria e o programa marxista da revolução proletária recorrem ao embuste de “atualizar o projeto socialista”. Nunca houve projeto socialista. Essa noção de “projeto” vem da academia. O socialismo é expressão histórica do esgotamento do capitalismo e de sua transição para sociedade sem classes. O que ocorrerá por meio da revolução violenta.

“É hora de fazer do PSOL uma alternativa”, tese do MES, pinta o PSOL de partido revolucionário, que teve desde a origem “um programa de transição ao socialismo”. Como essa corrente teve algum contato com o trotskismo, se acha capacitada a qualificar de programa de transição ao socialismo a um programa que o PSOL nunca teve. Nem no início, nem agora, esse partido tem por estratégia levar o proletariado a tomar o poder do Estado e expropriar a burguesia. A referência ao socialismo se limita a essa impropriedade.

A Ação Popular Socialista, por sua vez, na tese “Organizar a resistência popular e construir o PSOL como alternativa programática de esquerda” se inspira no estalinismo e no castrismo. Eis sua formulação: “É fundamental um projeto baseado num programa de caráter democrático e popular que distribua riqueza e democratize a política. Um projeto dirigido pelos trabalhadores/as que se organize nos eixos anti-imperialista, antimonopolista, antilatifundiário, democrático radical, ecossocialista, contra todas as opressões e em transição ao socialismo”. É difícil acreditar que a militância dessa corrente ainda resguarde o etapismo estalinista entre

a revolução democrática e a revolução socialista. O governo “democrático e popular” da APS seria encarnado pelo PSOL que se elevaria ao poder por meio das eleições e que, uma vez assumida a condução do Estado, realizaria a “transição ao socialismo”. Muitos petistas ainda acreditam nesse palavreado. Nessa mesma trilha, percorre a tese “Resistir e reexistir”, com a defesa do “programa democrático-popular” e “governo democrático-popular”.

Cabe uma menção sobre a tese da TLS “PSOL de muitas lutas para derrotar o projeto reacionário, conservador e construir o socialismo”. Nota-se que também acredita na possibilidade do PSOL ganhar as eleições e construir o socialismo. Esse tipo de socialismo eleitoral está em alta no PSOL diante da desmoralização do socialismo petista. Referindo-se à gravidade da situação na Venezuela, a TLS explica que “o governo venezuelano não tem sido capaz de desenvolver alternativas que possam levar à revolução socialista”. Somente quem teve muita ilusão no “socialismo do século XXI” e agora

ra a vê a se esfumam fica surpreso que o nacionalismo burguês não tenha parido uma “revolução socialista”.

Limitamos a esses comentários porque nas outras teses não encontramos elementos para discutir o particular socialismo do PSOL.

Os revisionistas, que são centristas, não levam a sério a discussão do partido e do programa, numa situação tão grave de crise de direção revolucionária. Abrigam-se no PSOL com esperança de

potenciar eleitoralmente esse partido e, por intermédio dele, se chegar ao socialismo. Não conseguem compreender que tamanha fragmentação de correntes, boa parte procedente do morenismo e do mandelismo, revisionistas da IV Internacional, expressa a crise de direção. Distanciaram-se do marxismo-leninismo-trotskismo e contribuem para confundir a vanguarda. As tremendas dificuldades teóricas e programáticas advindas do retrocesso imposto pela restauração capitalista na ex-União Soviética e os poderosos obstáculos que a burguesia levanta diante do proletariado devem ser enfrentados com a experiência histórica e o programa do internacionalismo proletário. No entanto, essa multiplicidade de correntes procura um atalho. Apegam-se nas pseudo-teorias montadas nas academias e disseminadas por intelectuais que se arvoram como intérpretes do fracasso da União Soviética e como coveiros do socialismo científico. Bombardeiam a concepção marxista da revolução social e a estratégia da ditadura do proletariado. Para dar ares de materialidade da pseudo-teoria, divulgam que, nas condições do capitalismo movido pela tecnologia, a classe operária perdeu seu lugar de força motriz das transformações. Criam a tese de que seu lugar foi ocupado por “novos sujeitos coletivos”. A partir daí advogam que o Estado burguês já não é o mesmo e que a democracia é a via para se chegar ao socialismo. É assombroso o fato de não comparecer nenhuma tese diametralmente oposta às imposturas do socialismo democrático. Nosso interesse em criticar as teses está em fortalecer a construção do partido revolucionário e trabalhar pela superação da crise de direção.

Defender a gigantesca ocupação dos sem-teto com os métodos da classe operária

Há 47 dias, a Ocupação Povo Sem Medo em São Bernardo resiste. São 8 mil famílias (dados do MTST) que precisam urgentemente de moradia. O terreno pertence à construtora MZM, que o mantém há 40 anos para fins especulativos. Aparentemente abandonado e com uma dívida monstruosa de impostos, o terreno, logo após a ocupação, foi alvo de um pedido de reintegração de posse, pela construtora.

O MTST, que dirige a ocupação, se apoiou no argumento de que o terreno “não tem função social” para impedir a reintegração imediata e exigir a abertura de negociação com o governo e a construtora. Porém, todos os desembargadores foram unânimes pela desocupação, porém, determinaram a formação de um Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse (GAORP) para que a desocupação aconteça de forma “pacífica”. Enquanto isso, o MTST, que dizia que era preciso organizar a resistência, agora busca uma saída negociada no sentido de obter um compromisso em torno da construção de moradias.

Nas primeiras semanas da ocupação, uma parcela da classe média abastada que mora em torno do terreno fez de tudo para amedrontar os sem-teto, jogando objetos dos apartamentos, que chegou a atingir um dos ocupantes. Por outro lado, o pre-

feito colocou a polícia (GCM) na entrada da ocupação, como forma de intimidação ao movimento. A imprensa do ABC lançou uma campanha de ataques ao movimento dos sem-teto, ao dirigente Guilherme Boulos e aos ocupantes, com calúnias sobre a situação da ocupação.

Na audiência entre os ocupantes e a prefeitura, realizada nesta semana, nada de concreto foi apresentado. Não resta outra saída senão a manutenção da ocupação e a organização coletiva da resistência. A pressão aos “poderes públicos” para liberar o terreno para “Minha Casa, Minha Vida” é o que tem movido as direções da ocupação. Ao mesmo tempo, reforçam o chamado para que os ocupantes permaneçam acampados.

Apesar da repercussão da ocupação, pelo seu grande contingente de pessoas, o movimento permanece isolado. A solidariedade tem sido apenas no que se refere à ajuda em alimentos e outras necessidades básicas. O isolamento favorece a reintegração de posse e, conseqüentemente, a derrota do movimento. É preciso que os sindicatos e movimentos populares se coloquem efetivamente por organizar as manifestações de rua, exigindo que o governo atenda à reivindicação dos ocupantes.

São Paulo

Novo ataque ao funcionalismo público

O governador Geraldo Alckmin/PSDB impõe novo ataque às condições de vida e de salário a todos os setores do funcionalismo público estadual, em particular, e à maioria da população, em geral. Em 4 de outubro, Alckmin deu entrada, em regime de urgência, ao projeto de lei 920/2017, que trata do acordo entre a União e o governo do estado para o refinanciamento de sua dívida pública. Para tanto, há a contrapartida do governo de São Paulo, que é a limitação dos gastos públicos ou, como consta no projeto “...comprometendo-se a estabelecer limitação, aplicável nos dois exercícios subsequentes à celebração dos aditamentos, do crescimento anual das despesas primárias correntes...”. Como se pode notar, essa medida, mais uma vez, recairá sobre as costas dos trabalhadores. De um lado, dos servidores públicos com o congelamento salarial e de direitos conquistados (quinqüênio e sexta-parte), etc. De outro, do conjunto dos explorados ao cortar recursos dos serviços públicos essenciais, como educação e saúde. Ou seja, ampliará a precarização dos já miseráveis serviços públicos prestados à população pobre.

Por isso, nesta terça-feira, 17 de outubro, as centrais sindicais e os sindicatos do funcionalismo se reuniram na Assembleia Legislativa com o objetivo de pressionar o governo a abrir mesa de negociação sobre o projeto. Estavam presentes várias centrais (CUT, CTB, Nova Central, Intersindical, CSP-Conlutas) e sindicatos (Apeoesp, Assojuris, Sindicorp, SindSaúde, Sintaema, Apampesp, etc.). Primeiro se reuniram com os deputados no “Colégio de Líderes” para expor a pauta de reivindicações do funcionalismo. Dentre elas, constavam a retirada

imediata do PL, uma audiência com o governador, plano de reposição salarial, abertura de concurso público como forma de combater a terceirização e outras. Em seguida, iniciou a reunião no plenário da ALESP com a posição de cada uma das lideranças das centrais, dos sindicatos, intercaladas com discursos dos deputados contrários ao projeto do governo. O centro dos discursos era a denúncia sobre o grau de prejuízo aos trabalhadores do setor público e à população.

A maioria dos dirigentes sindicais e partidos, que fazem oposição ao projeto, defende a retirada do caráter de urgência para sua votação e a abertura de debates. Aí mora o perigo! O governo pode retirar o caráter de urgência do projeto e iniciar as negociações com esses opositores e, logo em seguida, pôr em votação. NÃO! A derrubada do projeto que sangra o funcionalismo e a população pobre se dará nas ruas, por meio de greves unitárias. Para isso, a tarefa fundamental das centrais e sindicatos é trabalhar para que o funcionalismo se manifeste massivamente a partir de 27 de outubro.

Como se vê, a crise econômica atinge em cheio o estado mais rico da federação. Recentemente, o estado do Rio de Janeiro foi golpeado por essas medidas, que obrigou os servidores a enfrentarem o governo nas ruas. Essa é a única forma de combate dos explorados, através de seus métodos próprios: greves, bloqueios de ruas, ocupações e manifestações massivas e unitárias. É urgente a organização do funcionalismo público em unidade com os demais explorados para exigir de Alckmin a retirada imediata do PL 920 da ALESP.

Londrina

Prefeitura de Londrina quer acabar com o passe livre estudantil

Não é de hoje que o prefeito da cidade de Londrina, Marcelo Belinati (PP), vem reclamando da “saúde financeira do município”. Tal argumento serviu e serve à atual administração municipal para elevar impostos municipais e cortar recursos essenciais para a classe trabalhadora. Típica saída de um estado burguês.

Atualmente, tramita na Câmara de Vereadores um projeto de lei que quer colocar um critério de renda para os universitários acessarem o passe livre estudantil - que hoje é irrestrito e contempla todos os estudantes do município -, o que, na prática, quer dizer acabar com o passe livre para uma grande parcela de estudantes.

Com o argumento de que o passe livre vai ser “para quem realmente precisa”, a Câmara de Vereadores montou um circo, uma audiência pública para tentar convencer a população da saída mais justa para a questão do transporte em Londrina.

O cálculo seria simples: se a prefeitura não tem dinheiro, não há como pagar o passe livre para todos os estudantes, já que o benefício é mantido através de subsídios da prefeitura para as empresas. Contrapõem-se aí os interesses antagônicos sobre o transporte público. Não há como atender as empre-

sas privadas que exploram o serviço e os interesses gerais da população ao mesmo tempo. Se falta recurso para manter os altos lucros dos donos de transporte em Londrina, a população deve pagar, e o prefeito sai com as mãos lavadas. Aí está o caráter do Estado burguês. Nada mais do que o balcão de negócios dos capitalistas.

É certo que o atual passe livre estudantil, cedido pelo ex-prefeito Alexandre Kireff, não é nada mais que dinheiro certo para as grandes empresas que exploram o serviço de transporte coletivo na cidade. Através de subsídios - dinheiro público destinado às grandes empresas - a Grande Londrina e Londrisul faturam um lucro garantido pela prefeitura de Londrina. O Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo e Corrente Proletária na Educação, já haviam denunciado que esse Passe Livre estudantil, cedido através de milionários subsídios teria fôlego curto, pois, embora garanta o lucro das empresas do transporte, retira recursos disputados por empresários de outros setores que também mamam do orçamento público. Mas, frente às iniciativas de se eliminar o passe livre estudantil, é um dever defender a sua continuidade e exigir que sejam estatizadas, sem indenização, as empresas do transporte.

Rondônia

Burocracia atua contra os interesses dos trabalhadores da educação

Desde o início do ano, o governador e a direção do Sintero vêm embromando os trabalhadores da educação através da tal MENP - Mesa de Negociação Permanente. No dia 16 de outubro, os burocratas do sindicato chamaram uma paralisação de um dia, visando, segundo eles, a ‘pressionar’ o governador a atender a pauta de reivindicações. Disseram que essa paralisação é parte de várias que irão ocorrer, caso o governo não atenda as reivindicações. Na realidade, têm por trás as eleições de 2018, de olho nos candidatos do PT para governador e para presidente da República. Como se vê, pura demagogia e eleitoralismo. Como sempre, têm na ponta da língua a mesma conversa mole de que caso o governo não apresente nenhuma proposta “a categoria poderá decidir por não iniciar o ano letivo de 2018”.

Primeiro, a direção do Sintero pôs fim à greve dos trabalhadores da educação do município (que mal havia iniciado), aceitando a proposta miserável do prefeito. Dias depois, chama um dia de paralisação dos professores estaduais, dizendo que é preciso pressionar o governador. Ao invés de unir os municipais com os estaduais numa forte greve em defesa da reposição salarial e dos direitos, os burocratas atuam para quebrar a disposição de luta dos trabalhadores. O que se passa na direção do Sintero é o mesmo que ocorre na maioria dos sindicatos no estado. São direções traidoras, conciliadoras, que usam os explorados para seus interesses de casta burocrática.

A Corrente Proletária denunciou a burocracia do sindicato e defendeu que a única via para conquistar as reivindicações é o

enfrentamento direto com o prefeito e o governador, por meio da greve. Criticou o “faz de conta” da burocracia com um dia de paralisação. Mostrou que os trabalhadores têm disposição de luta, mas não querem ser ludibriados nem pelo governo, nem pela direção do sindicato.

Como se vê, os trabalhadores têm dois obstáculos: o governo Confúcio Moura/PMDB, que está a serviço da implantação das reformas do golpista Temer, e a burocracia sindical, que faz de tudo para quebrar a disposição de luta dos trabalhadores. Isso exige uma forte disposição da parcela de educadores de enfrentar esses dois entraves. Não há outro caminho senão se organizando e trabalhando para a elevação da consciência do restante. A Corrente Proletária vem atuando nesse sentido, objetivando o fortalecimento dessa fração oposicionista e classista. Tem defendido as reivindicações que unificam o conjunto dos explorados, que incluem a juventude oprimida, como o direito ao acesso às escolas a todos por meio da luta contra o fechamento de salas de aulas; o combate à superexploração do trabalho, levantando a bandeira de redução do número de alunos e aulas por professor; rechaçando as reformas que cortam recursos da educação e retiram conquistas históricas dos trabalhadores e defendendo a reposição imediata das perdas salariais. Nesse momento, faz a campanha pela **redução imediata do número de aulas dos professores de disciplinas de áreas específicas. O NÃO fechamento de salas do 1º ao 5º ano e da Eja dos anos iniciais do ensino fundamental.**



Boletim do **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português

Manifesto do Comitê De Enlace Pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI)

100 anos da Revolução Bolchevique - Aos proletários e povos oprimidos do mundo

O que foi a revolução de outubro?

Foi a primeira Revolução Proletária vitoriosa do mundo. Pôs em pé o primeiro Governo Operário e Camponês. Os pobres foram pela primeira vez donos de seu destino. A propriedade da terra, das fábricas, das minas, dos grandes meios de produção passou para as mãos do Estado Operário. A educação e saúde deixaram de ser privilégio dos ricos. Assentaram-se as bases para a plena libertação da mulher. A aliança de operários, camponeses, soldados e classes médias empobrecidas estabeleceu um governo baseado nos órgãos de poder das massas (soviets). No início, antes da degeneração burocrática do estalinismo, os soviets possibilitaram a ampla democracia dos explorados e a ditadura sobre a minoria burguesa. O que permitiu um colossal salto no desenvolvimento das forças produtivas, que transformou, apesar dos erros, o país pobre e atrasado em uma força econômica de peso mundial, graças aos métodos socialistas de gestão da economia: socialização dos grandes meios de produção, monopólio estatal do comércio exterior e economia planificada. Leon Trotsky, em seu momento, disse que o socialismo demonstrou seu direito de existir NÃO nos livros de teoria, mas sim no terreno das ações econômicas, na linguagem da indústria e das usinas elétricas. A Revolução de Outubro nos mostrou o caminho da libertação dos proletários e párias do mundo.

A Revolução de Outubro foi a explosão do instinto comunista do proletariado politicamente dirigido por seu partido. Foi a realização consciente dos impulsos elementares do proletariado na direção da refundação da sociedade sobre bases comunistas. Foi e segue sendo a confirmação da teoria do socialismo científico marxista.

A burguesia, o imperialismo e seus lacaios reformistas de toda espécie estão empenhados em manchar a memória da Revolução de Outubro, em negar ao proletariado a capacidade de

governar, em diminuir o valor e transcendência de suas conquistas democráticas, políticas, econômicas, sociais e culturais. Estão empenhados em caluniar o socialismo, o marxismo-leninismo, o comunismo.

Em contradição com a situação de barbárie e decadência em que vivemos, a burguesia e seus lacaios se empenham em convencer o proletariado e os explorados do mundo de que NÃO é possível pensar outra sociedade que não seja a do capitalismo. Empenham-se em justificar que, apesar dos “defeitos”, o capitalismo seria o melhor que a humanidade conseguiu criar como forma “democrática e civilizada” de convivência

social. As promessas de rejuvenescimento da atual sociedade, feitas por todos os governos e partidos burgueses do mundo, terminam invariavelmente em fracasso, com os proletários e pobres pagando muito caro a conta dos experimentos de reformas burguesas. A barbárie capitalista avança nas mãos dos impostores, que se dizem grandes reformadores e salvadores do proletariado.

100 anos depois, o impulso revolucionário que levou à vitória de Outubro continua vivo. O moderno proletariado industrial, que é uma criatura do desenvolvimento das forças produtivas desencadeado pelo capitalismo, NÃO desapareceu e não desaparecerá, tanto é que continua vigente o regime social baseado na grande propriedade privada, que precisa da exploração da força de trabalho assalariada para existir.

100 anos depois, o atual proletariado, diferente de outras classes exploradas, NÃO é proprietário dos meios de produção, nem tampouco pode proclamar que o produto do seu esforço é exclusivamente seu, como faziam os trabalhadores artesanais do período feudal. O seu trabalho é coletivo, o que o torna instintivamente comunista. O proletariado, em qualquer país do mundo, continua acorrentado à máquina pelo tempo da

***A Revolução de Outubro
foi a explosão do instinto
comunista do proletariado
politicamente dirigido por
seu partido. Foi a realização
consciente dos impulsos
elementares do proletariado
na direção da refundação
da sociedade sobre bases
comunistas. Foi e segue sendo
a confirmação da teoria
do socialismo científico
marxista.***

4 Revolução Russa

jornada de trabalho e ao ritmo de produção que estas impõem. Se na época de Lênin e Trotsky, os proletários viviam bestializados pelo trabalho - convertidos em apêndice da máquina, em robôs que são obrigados a entregar a sua vida e depois a de seus filhos com a finalidade de valorizar o capital - hoje esta realidade NÃO mudou substancialmente. Ao contrário, as crises cíclicas do regime capitalista em agonia e decadência têm agravado ainda mais a bestialização do homem acorrentado à máquina, com o agravante da destruição periódica de pos-



A Revolução de Outubro demonstrou que não há possibilidade de reformar o capitalismo. Resta sepultá-lo definitivamente. Todos aqueles que se empenham em reformar as velhas e apodrecidas estruturas sociais, econômicas e políticas do atual regime social, não fazem senão prolongar a agonia das massas exploradas.

tos de trabalho e o gigantesco incremento do desemprego que condena milhões à miséria. Está aí por que, em todo o mundo, a classe operária, independente de raça, religião ou nacionalidade, se levanta para enfrentar a superexploração que a destrói fisicamente. Esta luta a irmana, a une, por cima das fronteiras nacionais e culturais. O lugar que o proletariado ocupa no processo de produção social o torna instintivamente comunista. Leva-o a lutar pela compatibilização entre a produção social e apropriação social. Essa compatibilização se realiza com a expropriação da burguesia, o estabelecimento da propriedade social dos meios de produção e constituição de um Governo Operário e Camponês (Ditadura do Proletariado).

A Revolução de Outubro demonstrou que não há possibilidade de reformar o capitalismo. Resta sepultá-lo definitivamente. Todos aqueles que se empenham em reformar as velhas e apodrecidas estruturas sociais, econômicas e políticas do atual regime social, não fazem senão prolongar a agonia das massas exploradas. A Revolução de Outubro demonstrou a teoria da revolução permanente, anunciada por Trotsky, que deixou claro que na época do capitalismo imperialista - época de seu total esgotamento e decadência - a burguesia NÃO pode jogar nenhum papel progressista, que NÃO há etapas intermediárias entre a ditadura da burguesia e a ditadura do proletariado,

que a luta pelo cumprimento das tarefas democráticas pendentes só podem se realizar com métodos socialistas de governo, com o estabelecimento da ditadura do proletariado, caminho para o socialismo em escala internacional.

O estalinismo apunhalou pelas costas a revolução proletária, desfechou a maior das traições à Revolução de Outubro. Constituiu-se no grande organizador de derrotas e da restauração capitalista. Os estalinistas, aproveitando-se do cansaço e esgotamento das massas russas, depois da vitória do exército vermelho organizado e dirigido por Trotsky na guerra civil, passaram a controlar burocraticamente o partido e os organismos do recém criado Estado Operário. Passaram a distribuir privilégios, dando cada vez mais poderes aos funcionários e deslocando as bases das decisões fundamentais. Consequentemente, puseram-se a desvirtuar a teoria marxista-leninista, esvaziando-o pouco a pouco de seu conteúdo revolucionário e preenchendo-o de ideias nacionalistas e de colaboração pacífica com uma suposta burguesia progressista e democrática. Por este caminho, empurraram o proletariado de todos os países do mundo a se subordinarem às classes dominantes e a disputarem "espaços de poder" nos marcos da ordem social capitalista. A aspiração dos "comunistas", transformados em vulgares eleitores, já não era a de sepultar o capitalismo, mas sim lutar pela "paz social e democracia", para administrar o capitalismo em "benefício das classes populares", para que, algum dia, no futuro determinado, se desse a transição pacífica, indolor,

do capitalismo para o socialismo. A burguesia de todo o mundo bateu palmas e felicitou o avanço "democrático" de seus novos colaboradores que haviam abandonado a luta de classes e todo o fundamento histórico da insurreição armada, substituída pela "coexistência pacífica" com o imperialismo, política esta que terminou com a derrota histórica mais importante do proletariado mundial, que foi a dissolução da III Internacional e o processo de restauração capitalista nos Estados Operários degenerados pela burocracia estalinista, derrota que até agora ainda não se concluiu.

Recentemente, os ideólogos a serviço da burguesia, os impostores que se dizem teóricos do novo socialismo, de um "Socialismo do Século XXI", nos dizem que houve um "socialismo real" - a ditadura burocrática degenerada do estalinismo, plena de perversidades e atrocidades contra o povo. E que eles, a partir desta má experiência, desenvolveram uma "nova teoria socialista", segundo a qual não é necessário expropriar a burguesia, deve-se tão somente chegar a algum acordo "conveniente" com o grande capital imperialista, com as multinacionais, com os capitalistas nacionais e os latifundiários, para que, com sua colaboração, pouco a pouco, avancemos até o socialismo. A isso acrescentam que a Revolução é pacífica, se faz nas urnas, com os votos, no parlamento e nos ministérios do Esta-

do burguês. Os bolcheviques, que em sua época conheceram impostores do mesmo tipo, fizeram o que nós fazemos hoje: gritamos alto bem de frente “traidores, vendidos à burguesia, fujam daqui com suas ilusões, aqui os revolucionários sabem que não há revolução se não se expulsa do poder e se expropria a burguesia e o imperialismo”.

O atraso da revolução proletária mundial e o terrível dano provocado pelos estalinistas à causa do socialismo – a restauração do capitalismo e destruição da URSS – abre caminho para o surgimento de todo tipo de tendências revisionistas do socialismo. Revisionistas que se empenham a confundir o proletariado, levá-lo a viver a amarga experiência de traição e desilusão e a sofrer as consequências da precarização das condições de trabalho e de vida. Os impostores se valem de algumas migalhas concedidas pela burguesia decadente para iludir e trair os explorados. O fracasso dos impostores que chegam ao poder reafirma a política revolucionária de Lênin e Trotsky e a tarefa de organizar pacientemente o partido-programa da revolução proletária.

A despeito de tudo o que os ideólogos a serviço da burguesia têm dito a respeito do desaparecimento, da diminuição ou substituição do proletariado como classe revolucionária, o seu instinto comunista continua mais do que nunca presente e se manifesta periodicamente: um dia em um país, outro dia em outra região. É daqui que o marxismo-leninismo-trotskismo nutre a sua vigência. O principal obstáculo se encontra na ausência do partido revolucionário do proletariado mundial e em cada país. A rebelião instintiva, assim, finalmente, acaba sendo desviada para os objetivos dos reformistas, que estão a serviço do grande capital e interessados em preservar o regime social de escravidão assalariada.

A grande lição da Revolução de Outubro é que NÃO pode haver vitória da revolução proletária e o socialismo sem a organização consciente do partido operário revolucionário, sem que ocorra o desenvolvimento da capacidade desta organização em transformar o impulso instintivamente comunista em política comunista consciente e em ganhar as outras classes exploradas para a causa revolucionária. NÃO são suficientes para este propósito repetir as generalidades da teoria marxista. A tarefa é a de transformar o instinto comunista da classe operária em política revolucionária com o emprego do método marxista. Para isso, é necessário organizar e educar politicamente a vanguarda do proletariado. Um contingente se integrará nas células partidárias de militantes revolucionários profissionais. Este nosso partido é tão somente uma seção do Partido Mundial da Revolução Socialista, sem o qual qualquer vitória parcial pode terminar em retrocesso e derrota. É o que mostra a experiência da destruição da III Internacional pelos estalinistas. A Revolução é nacional pela sua forma, mas internacional pelo seu conteúdo. O socialismo só pode se consolidar com o avanço da revolução mundial. Aprendemos isto com os bolcheviques e com a nossa própria experiência.

O partido revolucionário é o do proletariado, que aprendeu a diferenciar que nem todos os trabalhadores têm a mesma disposição revolucionária de combater a propriedade privada

burguesa. Há trabalhadores que estão dispostos a lutar contra o grande capital, mas há aqueles que ficam no meio do caminho quando se trata de abolir o capitalismo e a propriedade privada. Com estes trabalhadores, os proletários estão obrigados a estabelecer uma aliança frentista, dizendo que lutaremos por seus objetivos, mas que nós não nos deteremos até que aca-

A grande lição da Revolução de Outubro é que NÃO pode haver vitória da revolução proletária e o socialismo sem a organização consciente do partido operário revolucionário, sem que ocorra o desenvolvimento da capacidade desta organização em transformar o impulso instintivamente comunista em política comunista consciente e em ganhar as outras classes exploradas para a causa revolucionária.

be toda forma de opressão social e nacional. Aprendemos isto com a Revolução Russa e com os bolcheviques.

Denunciamos os centristas, oportunistas e revisionistas, que em algum momento se reivindicaram do trotskismo e que agora vêm com a historietinha de que é preciso criar um “Partido dos Trabalhadores” e uma “Internacional dos Trabalhadores”. Estão à procura de um comparsa eleitoral, para criar currais parlamentares. Ocultam e finalmente renunciam à estratégia da Ditadura do Proletariado. Estes “esquerdistas” vão a reboque dos impostores do “Socialismo do Século XXI”, a quem chamaram de governos “progressistas” e até de revolucionários. Nunca entenderam e não entendem a importância fundamental do partido-programa de estrutura bolchevique celular. Em alguns lugares, se transformaram em obstáculos para o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado. Mostram-se impotentes para pôr em pé o partido e desenvolver o potencial revolucionário do proletariado. Temos de passar por cima desta escória revisionista.

A crise capitalista se aprofunda e avança a desintegração social, a barbárie não é uma possibilidade, já está entre nós com o seu monstruoso rosto de destruição, miséria e degradação humana. É inadiável a tarefa de colocar de pé o partido mundial da revolução socialista com suas seções nacionais firmemente enraizadas no proletariado e nas massas de seus respectivos países. A burguesia e o imperialismo, em seu afã por encontrar uma saída para a crise que permita continuar mantendo o capitalismo, ameaçam o mundo com o risco de uma conflagração bélica de proporções gigantescas e muito mais destrutivas do que as anteriores conflagrações mundiais. Se o proletariado e os povos oprimidos do mundo não querem acabar como bucha de canhão da burguesia imperialista ou destruídos pelo desemprego e pela miséria crescentes - em um mundo cada vez mais envenenado pela contaminação ambiental pressionada pelas necessidades do grande capital -, devem unir-se sob a bandeira da IV Internacional.

Viva o CERQUI!

Viva a Revolução de Outubro!

Morte ao capitalismo!

Viva o socialismo, a caminho do comunismo!

La Paz, Bolívia, Outubro de 2017,
ano do Centenário da primeira Revolução Proletária vitoriosa

Revolução Russa, guia do proletariado mundial

Operários, camponeses pobres e juventude oprimida

A burguesia europeia e mundial temeu o futuro do capitalismo, quando viu ruir o governo de Kerensky; e os soviets constituíram o governo operário e camponês na Rússia que se despedaçava pela guerra imperialista. Temeu pela perda do Estado, que passou de burguês a

Estado Operário. Temeu pela propriedade privada dos meios de produção, que foi transformada em propriedade social. Temeu a perda dos privilégios de minoria exploradora. Temeu, enfim, a abertura de um novo curso na história, que indicava a possibilidade de transformação da sociedade de classes em sociedade sem classes.

Desde o momento em que o socialismo utópico foi superado pelo socialismo científico, fundado por Marx e Engels, a burguesia passou a ver com mais precisão e seriedade o proletariado como mortal inimigo histórico. Seu temor cresceu, quando, em 1871, o proletariado francês tomou o poder e fundou a Comuna de Paris. A burguesia europeia estava, portanto, diante da primeira revolução proletária.

Apesar da benevolência da Comuna, os capitalistas não vacilaram em usar a violência contrarrevolucionária e sufocar a revolução com o terror. A França e a Prússia cessaram a sua guerra territorial, se uniram, cercaram a Comuna e a destruíram militarmente. Essa experiência se reacendeu na Revolução Russa e serviu de guia para os revolucionários dirigirem vitoriosamente a insurreição proletária de 25 de Outubro de 1917 e, finalmente, vencerem a guerra civil.

Marx e Engels reconheceram a Comuna de Paris como a primeira revolução proletária. Mas as condições ainda não estavam maduras para o poder operário se impor e vencer a contrarrevolução. O fundamental, porém, é que não se tratou de um acontecimento episódico. Assinalou o caminho da futura luta de classes e do combate pelo socialismo. Assim, no início do século XX, ocorreria a segunda revolução proletária, mas a primeira a triunfar e se afirmar diante da reação mundial da burguesia.

As leis históricas que determinam a evolução do regime social capitalista, bem como seu esgotamento, e sua transição para o socialismo e deste para o comunismo são as mesmas que gestaram a Comuna de Paris e a Revolução Russa. A diferença estava no nível de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, do proletariado nacional e mundial. Adentrando ao século XX, o capitalismo passa para a sua última fase de de-



envolvimento, que é a fase monopolista e de domínio do capital financeiro. Deixa, portanto, para trás sua fase de desenvolvimento liberal e de reformas sociais. A Revolução Russa é parte dessa passagem. Levanta-se como ruptura em um dos elos mais débeis do capitalismo mono-

polista e comparece como prólogo da revolução europeia e mundial. Trata-se, precisamente, da primeira revolução social da época imperialista do capitalismo, que se caracteriza pela decomposição de suas forças produtivas, pela barbárie generalizada, pelas guerras, revoluções e contrarrevoluções.

Os bolcheviques, sob a direção de Lênin, puderam dirigir o proletariado e os camponeses à tomada do poder porque compreenderam a fundo a época que se abria com a transformação do capitalismo liberal em monopolista. Marx e Engels já haviam demonstrado, pela lei da concentração, que o capitalismo avançava rapidamente para o domínio monopolista. Suas contradições amadureciam as condições para a transição ao socialismo. A luta de classes se acirraría nas condições particulares de cada país e se desenvolveria mundialmente. Na Rússia czarista, semifeudal, confluíram as contradições fundamentais do capitalismo em decomposição. A revolução proletária se ergueu como uma resposta à carnificina e à rapinagem da 1ª Guerra Mundial.

Os acontecimentos entre a Comuna de Paris e a Revolução Russa mostram a importância decisiva da construção do partido revolucionário. O proletariado não apenas tomou o poder e iniciou a construção do socialismo. Expressou nesta tarefa titânica o programa e a teoria revolucionária. O socialismo científico de Marx e Engels deu um grande salto à frente com as formulações de Lênin, entre outros marxistas russos. Nas condições difíceis de prisões e exílios, de escassez de recurso material e de brutal perseguição à imprensa marxista, os bolcheviques forjaram o partido mais avançado do proletariado, até hoje inigualável. O seu programa nacional se alicerçou nos mais sólidos fundamentos, princípios e tarefas do internacionalismo anunciados no Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels.

Sob a luz da teoria marxista, o bolchevismo evidenciou o vínculo entre a revolução democrática que necessariamente a Rússia czarista teria de passar e a revolução proletária. Jamais confundiu as posições democráticas do proletariado com as da burguesia e seus lacaios, como os mencheviques e os socialistas

revolucionários. Nos momentos mais cruciais, Lênin conduziu o partido bolchevique a lutar pela independência do proletariado diante das forças burguesas e do governo provisório que se apropriou da revolução de fevereiro. Evitou precipitações revolucionárias e combateu as vacilações do seu próprio partido quando era preciso avançar sem destemor. Indicou o caminho da unidade operária e camponesa, sem confundir as duas classes oprimidas, suas aspirações e seus objetivos. Travou uma luta incessante no seio dos soviets contra os oportunistas, os socialistas de palavra e os traidores da revolução. Os bolcheviques tiveram de derrotar as forças arrivistas pequeno-burguesas, cujo horizonte máximo era o da revolução de fevereiro. É nessa caldeira que Lênin leva os bolcheviques a enfrentar o revisionismo e os desvios que se formaram nas entranhas da II Internacional. Promoveu uma ruptura cirúrgica com os traidores que se colocaram no terreno do chauvinismo, da defesa da guerra imperialista e das anexações territoriais. Às vésperas da revolução de Outubro, Lênin batalhava para que seu partido assumisse a tarefa de constituir a III Internacional.

O programa e a teoria se forjam na prática, nas condições da luta de classes e na assimilação das conquistas internacionais do proletariado. Esse é um inestimável legado da Revolução Russa e do bolchevismo, do leninismo. É indispensável para a vanguarda que dedica sua vida ao socialismo aprender com a teoria da revolução e do partido marxista. Os bolcheviques, ao dirigirem as massas e edificarem o Estado Operário, nos deixaram não apenas uma teoria, mas uma teoria revolucionária testada e comprovada. Certamente, considerados em seus fundamentos gerais, que também deverão passar por novas provas.

Importa-nos destacar a teoria leninista do partido de quadros marxistas, asentado no centralismo democrático e no funcionamento celular. Embora tenha se originado nas condições particulares da Rússia, mantém sua validade. O partido somente é um partido revolucionário se estiver constituído sobre a base do programa e da teoria da revolução. Somente o marxismo reconhece o proletariado como força motriz das transformações. O bolchevismo avança a compreensão de que por seu lugar nas relações de produção capitalista desenvolve o instinto comunista, que, por si só, se esgota em revoltas, algumas conquistas e muitas derrotas. Somente a fusão do movimento instintivo do proletariado com sua direção marxista permite que se eleve à consciência socialista. Sem o programa, sem a teoria revolucionária e sem uma sólida organização partidária, não é possível que o proletariado se converta na força motriz consciente das transformações.

A estratégia conforma a coluna vertebral do programa e, portanto, do partido. A Revolução Russa não seria possível sob a estratégia dos socialistas revolucionários e dos mencheviques. O seu socialismo proclamado chegava apenas até às portas da revolução decomocrático-burguesa. Eis por que se tornaram serviços do governo burguês e inimigos jurados da continuidade da revolução. A estratégia de poder dos bolcheviques era extraída das condições históricas da Rússia, das relações de

classes e das tarefas a serem imediatamente cumpridas. Necessariamente, a revolução se dirigia a derrubar o poder da burguesia e constituir o governo operário e camponês, o governo da maioria oprimida sob a direção do proletariado. Na Rússia de 1917, a classe operária era ultraminoritária. O que importava, porém, era o lugar que ocupava na produção social e por fazer parte do proletariado mundial. O campesinato se impunha como classe pequeno-burguesa duramente oprimida.

O governo operário e camponês era apenas parte da estratégia e da tática revolucionária. O bolchevismo, por se formar na rocha granítica do marxismo, se guiava pelo fundamento, princípio e estratégia histórica da ditadura do proletariado. Somente a teoria marxista do Estado definiu o poder da burguesia sobre o proletariado e demais oprimidos como uma ditadura de classe da minoria contra a imensa maioria. A revolução invertia a forma e o conteúdo da dominação. A ditadura do proletariado se impunha como condição para derrotar definitivamente a contrarrevolução e para realizar a transição do capitalismo para a sociedade sem classes. Da mesma forma que não há contradição entre democracia burguesa e ditadura de classe da burguesia, também não há entre democracia proletária e ditadura de

classe do proletariado. Esse fundamento foi inteiramente comprovado pela Revolução. Sem a ditadura do proletariado, a contrarrevolução teria feito o mesmo que fez com a Comuna de Paris.

A derrubada do governo burguês resultou de uma insurreição das massas, com os bolcheviques em sua direção. Sem dúvida, a guerra fermentou a revolta nos quartéis. Os soldados, representados nos soviets, se alinharam às bandeiras e estratégia do bolchevismo. Foi fundamental a orientação programática de armamento do povo. A divisão no exército, separando os soldados da oficialidade aristocrática, permitiu que os operários tivessem acesso às armas.

Enquanto a revolução não chegou a esse ponto de amadurecimento, os bolcheviques se dedicaram a explicar e convencer os explorados da justeza do programa, da tática e das bandeiras que levariam à tomada do poder pela insurreição. Por meio dos soviets, da agitação e propaganda entre as tropas e manifestações, se conquistou a maioria para resistir à contrarrevolução e tomar o poder. Essa mecânica da revolução, evidentemente, se constituiu de acordo com o desenvolvimento da crise revolucionária. Mas seu delineamento e concepção geral constavam do programa bolchevique. O método insurrecional e o armamento do povo se mostraram próprios da revolução proletária.

Os combates contra a aristocracia, os latifundiários e a burguesia se espalharam pelas nacionalidades que compunham o império russo. Avivaram a revolta nacional contida pela violência do czarismo. Nas mais desenvolvidas, a luta de classes se combinou com a luta nacional. A Revolução de Fevereiro não assumiu a tarefa democrática de pôr fim às discriminações, limitações, punições e perseguições. No entanto, os problemas nacionais ressurgiram avassaladoramente. Para a burguesia, era preciso conservar o sistema de opressão e colocá-lo a serviço dos interesses do Estado russo e de toda classe capitalis-

*Sob a luz da teoria marxista,
o bolchevismo evidenciou
o vínculo entre
a revolução democrática
que necessariamente a Rússia
czarista teria de passar
e a revolução proletária.
Jamais confundiu as posições
democráticas do proletariado
com as da burguesia
e seus lacaios, como os
mencheviques e os socialistas
revolucionários.*

Revolução Russa

ta. Os bolcheviques defenderam integralmente seu programa voltado à libertação dos povos e nacionalidades oprimidas. Ao lado das medidas de nacionalização das terras, fim das relações servis e da paz sem anexações, aprovou-se a “Declaração dos direitos do povo trabalhador e explorado”, em que se aplica o princípio democrático do direito à autodeterminação e à separação das nacionalidades. Funda-se a República Soviética da Rússia, baseada “na livre união das nações livres, na forma de federação de repúblicas soviéticas nacionais”.

A transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, a libertação dos camponeses do domínio latifundiário e o fim da opressão nacional foram o ponto de partida para se iniciar a erradicação de todo tipo de discriminação que emana da opressão de classe. Uma das tarefas reconhecidas por Marx e Engels era a de libertar a mulher da opressão e conquistar sua igualdade com o homem. O bolchevismo se esmerou em defender os direitos da mulher e erradicar pela via do socialismo as fontes originárias de sua opressão. Esse objetivo programático, de grande alcance, pôs o Estado operário de frente à tarefa de superar o obscurantismo religioso e edificar uma educação científica, cimentada na concepção do materialismo histórico e dialético. Como se pode ver, a revolução trouxe à tona todos os males do capitalismo e exigiu que se determinasse um curso para as soluções. São males que serão ceifados pela raiz com o fim da sociedade de classes e a construção universal da sociedade comunista.

Depois da Revolução Russa, muitas revoluções ocorreram. Grande parte do século XX foi coberta por guerras, revoluções e contrarrevoluções, como assim caracterizou o bolchevismo e nos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional. No seio do próprio Estado operário e do Partido Comunista, se originou um movimento revisionista, liderada por Stálin. Inicialmente, pouco evidente. Mas que logo tomou proporções extraordinárias, aceleradas pela contraposição de Trotsky. As detenções, expulsões, exílios e assassinatos de grandes dirigentes bolcheviques marcaram a luta entre marxista-leninistas e revisionista-estalinistas. O programa internacionalista foi substituído pelo programa do socialismo nacional. As revoluções se fecharam em si mesmas, ao ponto de países que iniciaram a construção do socialismo caminharem para o confronto. A III Internacional deixou de se construir como partido mundial da revolução socialista. Finalmente, foi extinta por um ato unilateral de Stálin. O Partido Comunista se burocratizou e a ditadura do proletariado se degenerou em ditadura burocrática. Estava a caminho o processo de restauração capitalista que culminou com o desmoronamento da União Soviética.

Nestes 100 anos da Revolução Russa, impera o maior retrocesso que se tem conhecimento. Inverteu-se a força das tendências revolucionárias em favor do predomínio das tendências contrarrevolucionárias. A impossibilidade da IV Internacional de sobreviver organizativamente – sobrevive no programa e na feroz luta contra o estalinismo restauracionista – agravou o

retrocesso. O curso de desintegração do capitalismo mundial, com seus potentes reflexos nas economias nacionais, não foi invertido. A restauração na Rússia trouxe de volta todos os males do capitalismo que começavam a ser enfrentados.

As crises dos anos 1970 e agora a crise mundial aberta em 2008 perfazem um grande período de estagnação e recessão, entremeado de alguns anos de recuperação. O desemprego, o subemprego, a pobreza, a miséria, a subnutrição, o retrocesso cultural e a criminalidade persistem, se ampliam e se internacionalizam. Vieram abaixo as metas do milênio de erradicação da miséria e de elevação das condições de existência das massas, concebidas pela ONU. Ruíram os planos traçados pelos reformistas, sob a bênção do imperialismo e do Vaticano, da chamada inclusão social. Impôs-se a lei econômica que rege o sistema capitalista de aumento da concentração de riquezas em mãos da ultraminoria, em um pólo, e de pobreza que esmaga a imensa maioria, em outro. A erradicação da fome é um dos maiores e urgentes objetivos da humanidade. Depende, no entanto, das revoluções proletárias.

O processo de restauração capitalista, a destruição da União Soviética e a imposição da economia de mercado não alteraram a caracterização dos bolcheviques de que o capitalismo da época imperialista é de decomposição, de guerras, revoluções e contrarrevoluções. As tendências bélicas, que pareciam ter sido controladas após a 2ª Guerra Mundial por meio de uma nova repartição imperialista do mundo e por acordos de paz, voltam a compor as diretrizes das potências. As conflagrações no Oriente Médio e as movimentações militares na Ásia retratam o impulso das tendências bélicas. Os países restauracionistas têm de ceder mais e mais ao capital

financeiro parasitário e aos monopólios. Devem se converter em semicolônias das potências. A imensa maioria dos países semicoloniais devem acatar sem restrição os planos de reforma antinacional e antipopular. Devem aceitar maiores limitações ao pouco de independência e soberania que lhes resta como Estados nacionais. As tendências bélicas, as coligações militares e o intervencionismo se fortalecem de acordo com a necessidade do imperialismo de recrudescer a opressão nacional e negociar os domínios regionais.

O grande feito do pós-guerra foi o de a burguesia europeia procurar o caminho da unificação. De acordos limitados sob as fontes de matéria-prima, se chegou à União Europeia e à Zona do Euro. O rebaixamento das fronteiras nacionais parecia ser a solução para os grandes problemas que levaram a duas grandes guerras. No entanto, não suportou e não suporta o longo peso da crise. A Europa Ocidental não foi unificada, mas submetida às diretrizes ditadas pelas maiores potências, que formam a troika Alemanha, França e Inglaterra. Os demais membros arcaram com o maior peso das quebras. Os explorados de conjunto sofrem na carne com as reformas ditadas pelo capital financeiro. Reacendem-se, assim, o chauvinismo e o separatismo. Fortalecem-se as tendências fascistas. A velha socialdemocracia não tem como ostentar o velho refor-

Somente a teoria marxista do Estado definiu o poder da burguesia sobre o proletariado e demais oprimidos como uma ditadura de classe da minoria contra a imensa maioria. A revolução invertia a forma e o conteúdo da dominação. A ditadura do proletariado se impunha como condição para derrotar definitivamente a contrarrevolução e para realizar a transição do capitalismo para a sociedade sem classes.

mesmo. E a democracia europeia sucumbe no autoritarismo. A crise e suas consequências sociais puseram em marcha os antagonismos e obrigam a Europa Ocidental a fazer o caminho contrário ao da união e superação das fronteiras nacionais. Os explorados estão diante da comprovação material de que a via de superação da desintegração é o da luta pelo programa dos Estados Unidos Socialistas da Europa.

A América Latina foi acometida pela euforia de um breve período de crescimento econômico, de valorização das matérias-primas e de vantagens da agro-exportação. O que permitiu a sustentação de governos nacional-reformistas ou seminacionalistas, que sucederam governos francamente pró-imperialistas. Essa combinação desencadeou ilusões sobre a possibilidade de desconcentrar o capital, distribuir riquezas, impulsionar a pequena produção, potenciar o mercado regional, integrar os países e tirá-los da influência direta dos Estados Unidos. Assim, se criariam as bases econômicas para a “inclusão social” e erradicação da miséria crônica. Esse arcabouço vem desmoronando. A burguesia se livra de tais governos, por meios de eleições ou golpes institucionais, e instalam em seus lugares governos serviçais. Despontam tendências direitistas, antidemocráticas e fascizantes. É evidente sua ligação com o movimento reacionário que se desenvolve na Europa e nos Estados Unidos.

A crise abriu uma nova etapa na luta de classes. Corresponde à necessidade dos explorados se defenderem da ofensiva geral da classe capitalista contra suas condições de existência. Explodem movimentos, manifestações e greves por toda a parte. A greve geral voltou a ser um importante instrumento do proletariado. As massas se chocam com os planos e medidas de cortes orçamentários e com a destruição de antigos direitos trabalhistas. Defrontam-se com os aparatos sindicais burocratizados e se veem diante da necessidade objetiva de se libertar da camisa de força da política de colaboração de classes. Mas se deparam com a ausência da direção classista. Essa é a grande trava que dificulta imensamente o avanço da luta de classes. Os retrocessos impostos pelo revisionismo estalinista e a perda de importantes conquistas resultaram em uma crise de direção revolucionária sem precedentes. A III Internacional foi destruída e a IV Internacional fragmentada. A crise de direção se expressa, portanto, na ausência do partido mundial a revolução socialista. Trabalhar pela sua superação é a tarefa estratégica de nossa época. A vanguarda está obrigada a recomençar pela construção dos partidos revolucionários. Mas seu ponto de partida se encontra no objetivo de reconstruir a IV Internacional. É obrigatória a busca das raízes revolucionárias da Revolução Russa.



Trabalhar pela sua superação é a tarefa estratégica de nossa época. A vanguarda está obrigada a recomençar pela construção dos partidos revolucionários. Mas seu ponto de partida se encontra no objetivo de reconstruir a IV Internacional.

É parte da crise de direção o abandono do marxismo-leninismo-trotskismo pelas inúmeras correntes que surgiram da dispersão da IV Internacional. Identificam-se como variantes do centrismo. Parte delas caiu na prostração e no pessimismo. Afastam-se do programa, da estratégia e da tática fundadas pelo marxismo. Procuram adaptá-los ao reformismo. Alimentam pseudo-teorias sobre as transformações por meio da democracia. Parte está em desenvolvimento, processa o seu revisionismo. Acabará se colocando no campo da contrarrevolução, caso não rompa com o centrismo e convirja para o marxismo-leninismo-trotskismo. O avanço da decomposição do capitalismo, da barbárie e da luta de classes exigirá cada vez mais definições programáticas, teóricas e políticas claras. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional tem a tarefa de responder à crise de direção, fortalecendo suas seções, superando suas debilidades organizativas e funcionando como embrião do partido mundial da revolução socialista. A Revolução de Outubro é a fonte de onde a vanguarda extrai e extrairá os ensinamentos e assimilará a teoria revolucionária do marxismo-leninismo-trotskismo.

Viva os 100 anos da Revolução Russa!

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

Nesta edição:

- **Bolívia:** O POR rechaça participar dos atos comemorativos aos 100 anos da Revolução Russa organizados pelo governo
- **Iraque:** Por que é negado aos curdos o direito à autodeterminação.
- **Alemanha:** Realizadas as eleições na Alemanha. O proletariado alemão necessita construir o partido revolucionário.

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

O POR rechaça participar dos atos comemorativos aos 100 anos da Revolução Russa organizados pelo governo

La Paz, 11 de outubro de 2017

Senhor

Héctor Ramirez Santiesteban

Secretário Geral da vice-presidência do Estado Plurinacional da Bolívia
Presente.

Senhor Secretário Geral:

O Comitê Central do Partido Operário Revolucionário tomou conhecimento do convite que fez, por meio de sua pessoa, a Vice-Presidência do Estado Plurinacional da Bolívia, aos nossos camaradas, Alfonso Velarde e Ascencio Cruz, para participar como expositores no “*Encontro Internacional sobre os 100 Anos Da Revolução Russa*”, organizado pelo governo com o propósito do centenário da instauração do primeiro Estado operário no mundo.

Sobre isto, devemos apontar que nos indigna que o seu governo pretenda utilizar esta data para ocultar o conteúdo pró-burguês e cada dia mais reacionário de sua política, montando este

tipo de ato aparentando ser revolucionário e anti-imperialista.

A política do Governo não tem nada que possa identificá-lo, nem remotamente, com o conteúdo e os postulados da revolução de outubro de 1917 na Rússia.

Dizendo de maneira mais suave, o seu Governo é mais amigo da oligarquia latifundiária do oriente, das transnacionais “sociais” do Estado, do que dos trabalhadores e explorados, aos quais o Estado nega o direito de manifestação, a livre sindicalização e a manter a sua independência sindical e política; somente para mencionar alguns exemplos recentes.

Em virtude disto, comunicamos que rechaçamos participar do referido evento que em nosso conceito é uma ofensa ao conteúdo histórico da revolução bolchevique e ao movimento operário e revolucionário.

Alfonso Velarde Chávez - CC P.O.R.

100 anos da Revolução Russa – debate na PUC

O papel do estalinismo na restauração capitalista

O POR tem participado dos debates promovidos pela Apropuc acerca dos 100 anos da Revolução Russa. No último dia 14/09, teve sob sua responsabilidade a exposição do papel do estalinismo na restauração capitalista. Segue um resumo da exposição.

Primeiramente, deixamos claro que o POR participa das atividades comemorativas dos 100 anos da Revolução Russa de forma distinta daquelas de caráter acadêmico, diletante, etc. Para o POR, trata-se de uma atividade militante, de defesa da Revolução Proletária hoje. O que requer a reconstrução do partido mundial da revolução socialista.

A Revolução Russa foi o evento de maior projeção mundial na luta de classes dos últimos 100 anos. Nas décadas seguintes, a classe operária mundial obteve conquistas econômicas e organizativas realizadas sob o peso da revolução de Outubro. As conquistas sociais da classe operária europeia foram alcançadas não apenas com a força da mobilização local, mas contaram com a pressão do êxito da tomada do poder pelo proletariado russo. Essas conquistas salariais repercutiram no valor da força de trabalho mundial. Também, em todos os países, organizaram-se os

partidos comunistas, sob o exemplo do partido bolchevique na Rússia.

Por outro lado, o processo de restauração capitalista e a destruição física da direção revolucionária, não apenas na Rússia, mas em todo o mundo, pelo estalinismo, causaram retrocessos em toda parte. Os brutais retrocessos, especialmente a partir da década de 1980, deram fôlego ao capitalismo e desmoralizaram parte da vanguarda. As organizações operárias e seus partidos ficaram sob a direção de burocracias pró-capitalistas, conciliadoras, reformistas ou centristas, que têm levado as lutas para a derrota. A reintrodução do capitalismo na Rússia trouxe consigo suas mazelas e influenciou no retrocesso geral do valor da força de trabalho em todo o mundo, com destruição de direitos duramente conquistados. Sofremos hoje, inclusive em nosso país, as consequências do desastre histórico da restauração capitalista.

Esses acontecimentos comprovaram o acerto do internacionalismo proletário e o fracasso do socialismo num só país. Mostraram a necessidade do Partido Mundial da Revolução Socialista, que como tal tem de responder ao processo de restauração capitalista e apontar o caminho de sua superação revolucionária.

Por tudo isso, o POR faz sua campanha dos 100 anos da Revolução Russa se empenhando em ampliar suas publicações a respeito, tanto de elaboração própria como textos não traduzidos de Lênin e Trotsky a respeito. Assim, publicamos uma série de folhetos, publicaremos um livro especial dos 100 anos e realizaremos um ato público no próximo dia 22/10.

Dito isto, passemos ao tema da exposição.

O capitalismo se formou como um modo de produção mundial. Lênin afirmava que a revolução de Outubro havia quebrado o elo mais fraco da cadeia capitalista. Mostrava assim a compreensão de que todos os países do planeta, com suas particularidades, viviam sob o modo de produção assentado na exploração do trabalho assalariado.

A Rússia, país atrasado, de maioria camponesa, teve o capitalismo implantado de fora para dentro, assim como a grande maioria dos países do mundo. Ao se implantar o capitalismo, se estabelece a economia combinada, ou seja, onde as formas pré-capitalistas existentes se combinam com as formas capitalistas de produção. Não apenas co-habitam lado a lado, mas estabelecem relações de interdependência entre elas. Uma não vive sem a outra. E não há como superar essa relação dentro do capitalismo mundial.

Os dirigentes da revolução russa tinham plena consciência do profundo atraso econômico e cultural do país, e sabiam que a revolução na Rússia só poderia ser parte de uma revolução mundial, que estabelecesse o modo de produção socialista mundial, com a predominância das formas socialistas de produção e a transição para uma sociedade sem classes. Por isso, formulavam as tarefas da revolução com profundo internacionalismo proletário. Sabiam que tudo o que fizessem deveria servir para dar tempo ao proletariado mundial para que se levantasse em suas próprias revoluções e em apoio à revolução russa; e para reorganizar a economia e sociedade russa no caminho do socialismo, que não poderia ser alcançado em nível nacional.

As características particulares da Rússia, sua dimensão, sua composição camponesa, seu atraso econômico e cultural, tudo isso gerou profundas contradições no processo da revolução.

Apesar disso, a economia, as forças produtivas, passaram às mãos do proletariado, sob o controle operário da produção. Essa era a base da ditadura do proletariado, e serviu como base da reorganização econômica e social do país. Passos importantes foram dados no sentido da transição ao socialismo.

Mas as contradições presentes criaram condições para reverter os avanços da revolução. A derrota da classe operária na revolução alemã, que isolou a Rússia revolucionária, a morte na guerra civil de mais de 300 mil membros da vanguarda que realizou a tomada do poder, as dificuldades em desenvolver fortemente a classe operária a partir da industrialização, o peso das

camadas pequeno burguesas, tudo isso criou terreno fértil para que se desenvolvesse uma casta burocrática que controlava as pessoas e as coisas, administradora do resultado da produção social, e foi tomando em suas mãos o controle da economia, das forças produtivas. Se antes os operários na fábrica escolhiam seus dirigentes, estes passaram a ser indicados pela direção do Estado e do partido. A casta passou a dirigir a economia e a política não mais de acordo com os interesses da maioria, mas sim a partir de seus interesses particulares, impostos de forma autoritária e repressiva. Assim teve fim a ditadura do proletariado e começou a ditadura burocrática. Sobre essas bases germinou a política e ideologia que foi alcunhada de estalinismo: teoria do socialismo num só país, de convivência pacífica com o imperialismo, de nacionalismo contrarrevolucionário.

Trotsky e a oposição de esquerda foram derrotados em sua luta contra a revisão estalinista. A destruição física da direção revolucionária mundial e as dificuldades em fazer avançar a revolução nos países capitalistas desenvolvidos favoreceram a vitória da restauração capitalista na Rússia. Mas é preciso reconhecer que nessa luta a razão estava com Trotsky, que encarnou a defesa do leninismo contra a restauração capitalista.

A casta burocrática provou agir contraditoriamente, ora em favor de avanços da revolução nos países do leste europeu e na vitória militar contra os nazistas na segunda guerra mundial, ora interferindo para a derrota de revoluções em países à sua volta (China, Espanha, etc.). Sempre tendo como

norte a defesa de seus privilégios de casta, assentados no controle sobre os ramos fundamentais da economia Russa, estatização realizada pela classe operária.

A conclusão da restauração capitalista na Rússia, com a sua obrigatória inserção no mercado mundial como semicolônia, não se completou. As frações burocráticas se dividiram, formando vários partidos. Renunciaram abertamente ao legado do socialismo. Associaram-se às multinacionais e capital financeiro internacional, formando máfias milionárias. Mas as duas mil maiores indústrias da Rússia permanecem estatais, sob controle da burocracia restauracionista. A Rússia ainda desempenha um papel chave nos conflitos mundiais, com o peso que lhe foi conferido pela revolução de Outubro.

A classe operária na Rússia tem diante de si a tarefa de derubar a burocracia restauracionista pró capitalista e tomar de volta o controle sobre os ramos fundamentais da economia estatizados. E expropriar a nova burguesia. Reestabelecer o controle operário da produção e assim a ditadura do proletariado. Trabalhar pela revolução socialista mundial.

A derrota da revolução proletária na Rússia é circunstancial. O capitalismo em decomposição obriga as massas a se levantarem com seus métodos próprios de luta para se defenderem dos ataques. Terão de erguer seus partidos revolucionários e retomar o partido mundial da revolução proletária. O socialismo triunfará, as leis da história se imporão. A humanidade acabará assim com toda forma de opressão e será livre.

Os dirigentes da revolução russa tinham plena consciência do profundo atraso econômico e cultural do país ... que a revolução na Rússia só poderia ser parte de uma revolução mundial, que estabelecesse o modo de produção socialista mundial, com a predominância das formas socialistas de produção e a transição para uma sociedade sem classes. Por isso, formulavam as tarefas da revolução com profundo internacionalismo proletário.

Che Guevara, os servos das transnacionais e os reformistas de toda espécie

Na ocasião dos 50 anos da morte de Ernesto Guevara, o Che, o governo e todos os reformistas, entre eles os seus detratores estalinistas, têm montado um grande cenário com a finalidade de mostrar ao mundo que são os fiéis seguidores do romântico guerrilheiro argentino/cubano que morreu covardemente assassinado por ordens da CIA estadunidense no dia 9 de outubro de 1967, depois de ter sido feito prisioneiro em um enfrentamento da coluna guerrilheira que comandava com um destacamento do exército boliviano sob o comando do capitão Gary Prado.

Trata-se de um personagem “... *proeminente na revolução cubana e no governo que se formou posteriormente. Teorizou sobre o foco armado e defendeu que este resolveria os problemas objetivos e subjetivos da revolução social. Sua aplicação como método fundamental e proeminente, ao menos nos países com preponderância camponesa (atrasado), conseguiria superar o imobilismo do reformismo e dos... partidos comunistas. O castrismo se empenhou a fundo para hegemonizar os movimentos de libertação da África, da Ásia e da América Latina...*” (G. Lora, Dicionário Político, primeiro tomo).

Quando a maré foquista arrastou a juventude radicalizada de muitos países do continente nas décadas de 60 e 70 do século passado, quando era muito difícil mostrar-se crítico ao método das guerrilhas, sobretudo nas universidades, o POR boliviano, em um memorável debate teórico com o Che e Regis Debray, reivindicava os fundamentos básicos da organização bolchevique do partido revolucionário e a natureza da revolução nos países de economia combinada como a Bolívia. Desnudou a concepção foquista como um desvio antimarxista e

O repugnante, hipócrita e oportunista ao extremo é que agora converteram a figura de Che no ícone de tendências políticas reformistas, reacionárias e até comerciais, faltando com o respeito à memória de um personagem que teve o valor de dedicar e entregar a sua vida por um ideal revolucionário.

subjetivo da revolução que, em seu momento, foi a expressão da classe média radicalizada e desesperada.

No entanto, quando a maioria dos dirigentes trotskistas se encontravam encarcerados e confinados nas zonas inóspitas do Oriente boliviano, o POR, ao tomar ciência do surgimento do foco guerrilheiro na zona de Ñancahuazú e ao constatar que a coluna guerrilheira estava sendo sistematicamente cercada pelo exército a mando direto dos agentes da CIA, saiu em defesa dos combatentes, respondendo à feroz campanha do governo militar e da direita reacionária.

Não se pode dizer o mesmo do Partido Comunista da Bolívia (estalinista) que abandonou a coluna de Che, sem comunicação com o exterior e sem a possibilidade de conseguir elementos logísticos elementares quando Mario Monje, o Secretário geral do PCB, recebeu a negativa de Che de assumir a condução política e militar da guerrilha.

O repugnante, hipócrita e oportunista ao extremo é que

agora converteram a figura de Che no ícone de tendências políticas reformistas, reacionárias e até comerciais, faltando com o respeito à memória de um personagem que teve o valor de dedicar e entregar a sua vida por um ideal revolucionário. O repugnante é que os direitistas e ladrões invoquem o seu nome somente para encobrir as suas maldades e aparecer como seus exemplares seguidores, falsos redentores dos povos famintos que seguem mantendo as mazelas do neoliberalismo na administração do Estado e se converteram em servos das transnacionais e das empresas privadas nacionais.

O que tem em comum o Che com estes canalhas e burocratas que querem eternizar-se no poder? Nada! Por acaso Che não abandonou as comodidades e os benefícios do poder para ir à África, à Ásia e para ir à Bolívia e morrer? Um abismo os separa.

De Santa Cruz

A nova direita (MAS) quer parecer revolucionária, abusando da imagem do Che

Com o dinheiro do erário público boliviano, o M.A.S. de Evo Morales fabrica uma nova reunião internacional, um novo show, em aliança com os burocratas cubanos e de outros países que reivindicam o “Socialismo do Século XXI”, para fazer uma homenagem *sui generis* a Che Guevara, o guerrilheiro argentino/cubano que veio a morrer na Bolívia, traído pelo estalinismo e finalmente tomado prisioneiro e executado pelo regime de Barrientos.

O propósito dos masistas, já conhecidos politiqueiros e de todos os oportunistas vindos dos partidos neoliberais e do estalinismo, é fazer do Che a cortina de fumaça de sua política direitista, que o Che cubra os seus ultrajes, suas negociações, sua corrupção, seu entreguismo às

multinacionais, empresários e banqueiros. Tentam convencer às massas de que são a verdadeira esquerda, ideia que tentam manter inclusive para a ultra-direita, porque ser de esquerda pode servir para enganar, porque as massas seguem acreditando que é preciso mudar as coisas.

O pobre Guevara, que o capitalismo converteu em ícone de qualquer negócio, não merece que isto aconteça, que uns bastardos servos do imperialismo o usem para encobrir a sua política pró-burguesa e pró-imperialista. Em que pese a sua equivocada posição de acreditar que o foco guerrilheiro geraria as condições necessárias para a revolução, Guevara, crítico da burocracia soviética, levou adiante consequentemente as tarefas que acreditou serem adequadas. Chegará outra época em que ele será desmistificado e que com objetividade será valorizado apropriadamente.

(Extraído do Jornal Masas, nº 2513, do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Argentina

Nenhuma das frentes de esquerda realiza uma campanha revolucionária

Em toda a campanha eleitoral das duas frentes de esquerda, esteve ausente a política revolucionária do proletariado. Em nenhum material onde apresentam suas ideias falou-se da revolução social ou de acabar com o capitalismo e a propriedade privada. Isto, para nós, como revolucionários, não é menor: a partir do POR sustentamos que o capitalismo não pode ser nem reformado, nem humanizado.

Tampouco questionaram a democracia burguesa como forma de exploração dos capitalistas. Em nenhum de seus spots se fala do circo eleitoral a que nós, os explorados, somos submetidos. Nenhuma das listas de esquerda questionou a farsa democrática que a burguesia quer nos vender dia após dia. Tampouco mencionam em suas campanhas os métodos da classe operária os opondo ao terreno legal onde nós trabalhadores somos débeis. Os métodos da classe operária que reivindicamos e que deveriam estar em toda campanha revolucionária são as mobilizações, os bloqueios [de ruas avenidas e rodovias] e, sobretudo, a greve geral como únicas ferramentas dos trabalhadores para enfrentar a burguesia e seu governo.

Tanto a Frente de Esquerda dos Trabalhadores - FIT (Partido Obrero - PO, Partido dos Trabalhadores Socialistas - PTS, Esquerda Socialista - IS) como a Frente de Esquerda Socialista - FIS (Movimento ao Socialismo - MAS e Movimento Socialista dos Trabalhadores - MST) centraram suas campanhas na ideia de que a “*esquerda tem de estar no congresso*”, em que eles seriam os consequentes defensores dos trabalhadores ante o kirchnerismo e o macrismo. Uma boa parte de sua campanha teve como eixo os projetos de lei apresentados por seus deputados e realçaram que eles não votaram as leis de ajuste do governo. Combinaram esta campanha com reivindicações sindicais e sociais: a redução da jornada de trabalho, o salário igual à cesta familiar [salário mínimo vital], contra os tarifas e as demissões; mas sempre desligados da revolução social.

Podemos dizer que as duas frentes de esquerda não se diferenciaram no conteúdo de suas campanhas. A similitude chegou a tal ponto que ambas as frentes se acusaram mutuamente de estarem “plagiando” os slogans uns dos outros. Não acreditamos que seja menor que a FIT

tenha denunciado a FIS na justiça eleitoral por querer confundir os votantes. A disputa de ideias dentro das frentes ficou subordinada puramente a uma mesquinha disputa eleitoral. Vínhamos denunciando que a conformação das frentes de esquerda foi produto da reforma eleitoral e da política eleitoreira, o que foi confirmado nestas eleições.

Ficaram longe as críticas do PO ao PTS, quando um partido acusa o outro de querer dotar a FIT de um programa “centro-esquerdista”. O PO comparou a campanha do PTS com a do PODEMOS, na Espanha, e o do Novo Partido Anticapitalista, NPA, na França. Rechaçava consignas como a de “nossas vidas valem mais do que seus lucros”. As longas acusações entre estes partidos deixaram de ter lugar em suas imprensas quando decidiram a forma como os candidatos ocupariam as vagas nas listas da FIT. Nós, do POR rechaçamos também as propostas que pretendem reformar a democracia burguesa. Referimo-nos, por exemplo, às consignas: “que os deputados ganhem o mesmo que um professor” ou que “os juízes se elejam por meio do voto direto”. Estas consignas são uma forma de conciliar atributos que terá o Estado Operário com o atual Estado Burguês putrefato. O programa da classe operária tem que ser o de DESTRUIR o Estado burguês pondo em pé seu próprio Estado baseado em seus organismos de poder. O POR sustenta que há que ser o mais claro possível ante os explorados; nós, os comunistas, abertamente defendemos nossas ideias e intenções revolucionárias. Lamentavelmente, como a conformação da FIT e depois da FIS são acordos entre dirigentes sem discussão, não houve lugar para nenhum tipo de crítica, nem de discussão interna. É por tudo isto que NÃO somos parte nem chamamos a votar por nenhuma das duas frentes de esquerda. Não nos opomos a apresentar candidatos ou intervir no parlamento, mas nós revolucionários nos opomos sim às campanhas democratizantes sem a política proletária. Consequentemente com nossa crítica, o POR faz uma campanha, por meio de cartazes, spots, boletins, etc. chamando a anular o voto com o programa da revolução proletária.

(Extraído do Jornal Massas, nº 331,
órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Chile: é preciso responder aos ataques capitalistas sobre as massas

O país vive uma profunda crise econômica, social e política, produzida pela aguda decomposição capitalista mundial, que se amplifica na medida em que transcorre o tempo, não existindo modo algum de revertê-la, enquanto siga existindo a propriedade privada dos meios de produção.

A única informação que recebemos diariamente é: de crimes, corrupção, aumento do desemprego, fome, miséria, repressão, abusos, excessos, arbitrariedades, etc. A campanha eleitoral demonstra a profunda decomposição capitalista, os candidatos que pretendem a poltrona presidencial dirigem seus dardos contra seus oponentes acusando-se mutuamente de quem é mais corrupto, com uma retórica imensamente demagógica e inalcançável de se cumprir, considerando que o país está estrangulado à submissão imperialista, que suga o capital da classe operária e dos trabalhadores, através das AFP, ISAPRES, serviços de água potável, eletricidade, gás liquefeito e natural, riquezas naturais: marítima, florestal, agrária e mineral. Com um crescimento de 1,4 % do PIB. É possível que nessa situação possam cumprir o que prometem? Claro que não. O desengano do cidadão comum quanto à política burguesa aumenta a cada dia, o rancor do operário desempregado, do oprimido, se transforma em atos de represália contra o explorador, aquele que causa sua angústia e desespero, roubando e esculpindo sua frustração e incapacidade de se orientar à destruição do sistema depredador, bárbaro, que impõe o capitalismo. Os atos criminosos que

nutrem à decadência burguesa provêm dos cartéis da droga, das polícias de carabineiros e civil, de empresas privada e estatal, instituições governamentais, religiosas, judiciais, parlamentares, etc.

A conquista de medidas constitucionais democráticas e um pouco de liberdade deve ser imposta pela mobilização das massas oprimidas sob o programa revolucionário do proletariado, orientada e dirigida pelo Partido Operário Revolucionário e como tática revolucionária os Conselhos Territoriais locais, comunais e provinciais com objetivos claros de solucionar em primeiro lugar o problema do trabalho, saúde, educação, moradia, saúde ambiental, etc. Em benefício dos despossuídos e contrário aos interesses da burguesia nacional e imperialista e sua institucionalidade degradante e corrupta que diariamente nos esmaga na fome e miséria.

Esta organização deve unificar nativos e migrantes homens, mulheres, idosos e jovens de um território local específico para compreender o porquê de nossa situação e como solucionar nossos problemas através da luta que não é fácil, mas superável com a força que nos dá a unidade dos despossuídos. A política burguesa se enlameia cada vez mais em seus afãs de obter o dinheiro fácil que lhes outorga prestígio e privilégio social, votemos anulando o sufrágio e participando em amplas organizações que rompam com o servilismo, obediência cega, submissão e indolência.

(extraído do jornal chileno Lucha Obrera)

Lênin e a questão nacional

No *Jornal Massas* 552, iniciamos a publicação sobre a posição de Lênin em relação ao problema nacional. Mostramos nesse artigo que a Revolução Russa se colocou inicialmente diante de quatro grandes problemas: 1) derrubar a monarquia e edificar a República democrática; 2) emancipar os camponeses das relações servis; 3) estabelecer a paz sem anexação; 4) enfrentar a situação catastrófica de destruição, pobreza e miséria que sacrificava a vida das massas. Eram tarefas próprias da revolução burguesa.

Demonstramos como a chegada da burguesia liberal ao poder, em fevereiro de 1917, não levou o governo provisório a reconhecer o direito de autodeterminação e separação das nacionalidades que compunham o império Gran-Russo. Mostramos, também, que somente os bolcheviques tinham essa formulação que consta no programa de

1903. Deparou-se com opositores não somente entre os partidos da burguesia como também dos partidos que se reivindicavam do socialismo e da II Internacional. Lênin foi obrigado a travar uma ampla discussão sobre a questão nacional desde esse período até a revolução de outubro de 1917.

Em abril de 1917, o bolchevismo se viu de frente aos grandes problemas que emergiam da derrocada da monarquia e do movimento revolucionário. Entre eles, o que fazer diante do desencadeamento de movimentos nacionais. É reconhecido que a Conferência de Toda a Rússia dos bolcheviques, em abril, foi fundamental para definir a linha programática no interior do embate entre a revolução e a contrarrevolução. Publicamos, portanto, neste número do *jornal Massas*, o ponto que diz respeito especificamente à questão nacional.

VII Conferência de Toda a Rússia do POSDR (b), 24-29 de abril de 1917 Resolução sobre a questão nacional

A política de opressão nacional, herança da autocracia e da monarquia, é apoiada pelos latifundiários, pelos capitalistas e pela pequena burguesia, no interesse da proteção dos seus privilégios de classe e da desunião dos operários dos diferentes povos. O imperialismo contemporâneo, ao reforçar a tendência para submeter os povos fracos, é um novo fator de intensificação da opressão nacional.

A supressão da opressão nacional, na medida em que é realizável na sociedade capitalista, só é possível num regime republicano consequentemente democrático e num governo do Estado que garanta a plena igualdade de direitos de todas as nações e línguas.

Deve ser reconhecido a todas as nações que compõem a Rússia o direito de separar-se livremente e formar Estados independentes. A negação deste direito e a não adoção de medidas destinadas a garantir a sua realização prática equivalem a apoiar a política de conquistas ou anexações. Só o reconhecimento pelo proletariado do direito das nações à separação garante a plena solidariedade dos operários das diferentes nações e permite uma aproximação verdadeiramente democrática das nações.

O conflito surgido atualmente entre a Finlândia e o Governo Provisório russo mostra com particular nitidez que negar o direito à livre separação leva a continuar diretamente a política do czarismo.

É inadmissível confundir a questão do direito das nações à livre separação com a questão da conveniência da separação desta ou daquela nação neste ou naquele momento. O partido do proletariado deverá resolver esta última questão de modo absolutamente independente em cada caso particular, do ponto



Só o reconhecimento pelo proletariado do direito das nações à separação garante a plena solidariedade dos operários das diferentes nações e permite uma aproximação verdadeiramente democrática das nações.

de vista dos interesses de todo o desenvolvimento social e dos interesses da luta de classe do proletariado pelo socialismo.

O partido exige uma ampla autonomia regional, a supressão da fiscalização ditada de cima, a supressão de uma língua estatal obrigatória e a determinação das fronteiras das regiões autogovernadas e autônomas na base das condições econômicas e de vida avaliadas pela própria população local, da composição nacional da população, etc.

O partido do proletariado rejeita resolutamente a chamada «autonomia cultural-nacio-

nal», isto é, a exclusão da competência do Estado dos assuntos escolares, etc., e a sua passagem para as mãos de uma espécie de parlamentos nacionais. A autonomia cultural-nacional divide artificialmente os operários que vivem na mesma localidade e que inclusive trabalham na mesma empresa, segundo pertençam a uma ou a outra «cultura nacional», isto é, reforça os laços entre os operários e a cultura burguesa de cada nação em separado, ao passo que a tarefa da socialdemocracia consiste em fortalecer a cultura internacional do proletariado do mundo inteiro.

O partido exige que se inclua na Constituição uma lei fundamental que anule quaisquer privilégios a favor de uma das nações e quaisquer violações dos direitos das minorias nacionais.

Os interesses da classe operária exigem a fusão dos operários de todas as nacionalidades da Rússia em organizações proletárias únicas, políticas, sindicais, cooperativas, educacionais, etc. Só esta fusão dos operários das diferentes nacionalidades em organizações únicas dá ao proletariado a possibilidade de travar uma luta vitoriosa contra o capital internacional e contra o nacionalismo burguês.